

CLIPPING



02/03/2020

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Prioridade do governo, pós com nota alta em cidade pobre não existe](#)

[Pesquisadores questionam critérios da Capes em novo modelo de concessão de bolsas](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Viva a UnB, pioneira da nova capital](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Democracia na escola](#)

[Escola de SP contraria ministério da Saúde e coloca alunos em quarentena por coronavírus](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Borracha](#)

O GLOBO - RJ

[Desarticulação](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Sem ajuda do MEC, um terço dos Estados testam plano próprio de alfabetização](#)

[Por autorregulação, faculdade privada estuda diploma digital](#)

Imprensa Estadual

AGORA SÃO PAULO - SP

[Ampliação de exigências dificulta bolsas para pós](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Pesquisa analisa casos de síndrome metabólica](#)

ESTADO DE MINAS - MG

[O problema da transição do ensino fundamental ao médio](#)

J. DO COMMERCIO - PE

[Borracha](#)

JORNAL DO COMÉRCIO - RS

[Univates consegue patente de produto feito com espécie nativa do Estado](#)

O LIBERAL - PA

[Borracha](#)

Agências de notícias e sites

AGÊNCIA FOLHA

[Prioridade do governo, pós com nota alta em cidade pobre não existe](#)

[Pesquisadores questionam critérios da Capes em novo modelo de concessão de bolsas](#)

BLOG DO LUÍS NASSIF

[Os desafios políticos da esquerda brasileira, por Eduardo Costa Pinto](#)

BRASIL247

[Reflexões sobre o nosso tempo: democracia, esquerda e Brasil](#)

CENTRAL DE NOTÍCIAS

[Pesquisadores questionam critérios da Capes em novo modelo de concessão de bolsas](#)

PORTAL DO HOLANDA

[Pesquisadores questionam critérios da Capes em novo modelo de concessão de bolsas](#)

ZERO HORA - RS

[Pesquisadores questionam critérios da Capes em novo modelo de concessão de bolsas](#)

AGÊNCIA GLOBO

[Carnaval: Universidades oferecem cursos de pós-graduação e MBA para profissionais de folia](#)

[Três crianças ou adolescentes são abusadas sexualmente no Brasil a cada hora](#)

G1

CLIPPING



[UFRR abre inscrições para curso de valorização das línguas e culturas Macuxi e Wapichana](#)

[Escola pede para que professores comam sobras de alunos no litoral de SP](#)

[Universidade tem curso gratuito para pessoas com mais de 50 anos em Poços de Caldas, MG](#)

[GDF é condenado a pagar adicional de insalubridade para professor que atua na Papuda Pesquisa desenvolvida na UFTM em Uberaba constata vantagem no uso de biofertilizante para cultivo de plantas](#)

[UFJF deve receber mais de 19 mil alunos na volta às aulas](#)

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Negativo](#)

[Matemática](#)

[Revista voltada para crianças chega a escolas de São Paulo](#)

[Brasil perdeu ímpeto na educação, diz diretor da OCDE](#)

[Matemática](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Governadores pedem retomada de agenda reformista](#)

O GLOBO - RJ

[Acadêmicos do samba : universidades “abrem alas para o carnaval](#)

[Livros do Museu Nacional têm destino incerto](#)

[Saneamento afeta educação e rendimento](#)

[Leniência dos Tribunais de Contas agrava a crise](#)

Imprensa Estadual

A CRÍTICA - AM

[Itegam inova com mestrado próprio](#)

A TARDE - BA

[Termina amanhã prazo para confirmar inscrição](#)

O ESTADO - MS

[Universidade tem inscrições abertas para mestrado](#)

O LIBERAL - PA

FUNDEB

Agências de notícias e sites

PORTAL EXAME

[Teste inédito mostra o que dificulta o aprendizado das crianças de SP](#)

R7

[Justiça suspende intervenção do MEC na Universidade Brasil](#)

[Confira quais são as mudanças prometidas para o Enem 2020](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Justiça suspende intervenção do MEC na Universidade Brasil](#)

Agências de notícias e sites

JORNAL DA CIÊNCIA

[Modelo de distribuição de bolsas da Capes exige mais investimentos](#)

NOTÍCIAS AGRICOLAS

[Bactérias que barateiam produção de feijão são alternativa ecológica](#)

METRÓPOLES

[Justiça libera MEC para autorizar cursos de direito a distância](#)

Imprensa Estadual

O DIA - PI

[Último FPM do mês entra nesta sexta e quase R\\$ 2,3 bilhões serão partilhados](#)

O ESTADO - MS

[Exemplo](#)

Agências de notícias e sites

ALAGOAS NA NET

[Professor da Ufal participa de projeto para construir estação lunar](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Com a menor rede de ensino, região Norte tem 1/3 das escolas escolhidas para modelo cívico-militar](#)

G1

[Escola de João Pessoa deve implantar modelo cívico-militar ainda em 2020, diz Educação](#)

[Escolas que vão aderir ao programa cívico-militar no Tocantins têm vagas em aberto UEPB divulga terceira chamada da lista de espera do Sisu 2020.1](#)

[Ministério da Educação seleciona duas escolas de Roraima para aderir ao programa cívico-militar](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[ProUni: termina hoje prazo para selecionados comprovarem dados](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Prioridade do governo, pós com nota alta em cidade pobre não existe

Novo critério para distribuição de bolsas da Capes inclui número de formados e favorece municípios com IDHM baixo

São Paulo

Pela proposta da **Capes**, agência federal ligada ao MEC (Ministério da Educação), quanto maior a nota do programa de pós-graduação, maior será o número de bolsas. Na prática, isso já acontece. A novidade é que entrariam na conta também a quantidade de estudantes formados de 2015 a 2018 em cada programa e o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) da cidade de cada curso.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/03/prioridade-do-governo-pos-com-nota-alta-em-cidade-pobre-nao-existe.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Pesquisadores questionam critérios da Capes em novo modelo de concessão de bolsas

Órgão do Ministério da Educação anunciou novas regras para fomento à pós-graduação

Brasília

O governo Jair Bolsonaro anunciou um novo modelo para regular a concessão de bolsas de pós-graduação. Para pesquisadores, porém, os critérios definidos podem aumentar distorções e neutralizar a meta de valorizar os melhores cursos. Restrições orçamentárias também são entrave para a implementação, dizem os especialistas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/03/pesquisadores-questionam-criterios-da-capes-em-novo-modelo-de-concessao-de-bolsas.shtml>

topo ↗

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO

Viva a UnB, pioneira da nova capital

VIRGÍLIO CAIXETA ARRAES Professor associado (HIS)

A Universidade de Brasília (UnB) é ainda uma das principais instituições de ensino superior do país. Nascida com a inauguração da nova capital, em 21 de abril de 1960, ela seria implementada, no entanto, dois anos depois. O sonho de seus três idealizadores, o mineiro Darcy Ribeiro, o baiano Anísio Teixeira e o cearense Heron de Alencar, foi o de Brasília ter a primeira universidade federal de fato do Brasil, não uma reunião de faculdades e institutos, como havia ocorrido até então. Ela seria a síntese do esforço de modernização intelectual da sociedade brasileira, tendo como cenário global a bipolaridade extrema (Estados Unidos x União Soviética).

O projeto pioneiro e audaz foi interrompido com o golpe militar de 1º de abril de 1964. Exonerações ou demissões em massa de professores qualificados ocorreriam, a liberdade de expressão e de cátedra seria limitada e a instituição assistiria a mais de uma invasão por forças do Estado antidemocrático.

A esperança voltaria com o fim da ditadura em 1985, após o esforço de muitas lideranças, tanto das internas bem como das exiladas, de restaurar a democracia via árduas negociações em busca do estabelecimento do perfil do novo regime cuja face visível seria a Constituição de 1988, rejeitada naquela época por segmentos minoritários de teor autoritário.

Por meio dela, em seu artigo 207, garantiu-se às universidades a “(...) autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial” e estabeleceu-se a “(...) indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Decorridas mais de três décadas de promulgação da carta constitucional, nenhum dos governos federais, por meio dos quais passaram os partidos políticos mais representativos do país, regulamentou isso.

Nos dias atuais, o quadro geral das universidades federais é temerário e preocupante porque a longa crise econômica do país — responsabilidade de todas as grandes agremiações, enfatize-se — tem tido efeitos deletérios sobre seu cotidiano. Além disso, não houve planejamento de longo prazo do Ministério da Educação (MEC) para assegurar a sustentabilidade do funcionamento adequado das instituições federais de ensino.

O balanço atual das universidades são servidores — professores e técnicos — com a remuneração média mais baixa do Poder Executivo; infraestrutura insuficiente, de maneira que estudantes não conseguem usufruir de laboratórios, bibliotecas, salas de aula, refeitórios etc. à altura de suas necessidades e orçamento, apesar de, à primeira vista, parecer grande, é incapaz de garantir a manutenção com qualidade à população do trinômio ensino, pesquisa e extensão.

A UnB não seria exceção nesse contexto, embora tenha melhor potencial que as demais em função da presciência dos seus fundadores, bem cientes da necessidade de garantir a ela uma estrutura mais apropriada: o patrimônio imobiliário, aproveitado abaixo do potencial ao longo do tempo pela administração superior. Hoje, próxima a completar 60

anos de nascimento, a UnB passa por momento difícil do ponto de vista político, em função da polarização interna e externa que tem como resultado o crescente desgaste da instituição perante a sociedade.

Por conseguinte, tal radicalismo é sem dúvida excludente e contribui para corroer a identidade da própria comunidade universitária, pouco afeita ao extremismo em vigor e inclinada por formação humanística ao debate constante, pluralidade contínua e respeito à democracia.

Nesse sentido, a sociedade deseja a Universidade de Brasília identificada com sua concepção de fundação, ou seja, a do acolhimento de todos os cidadãos, independentemente de religião, etnia, gênero, preferência partidária, origem geográfica, condição social etc. Afinal, a UnB é cidadania, não partidarismos ou particularismos.

A UnB permanece porque é patrimônio do povo e deve ser símbolo da síntese fraternal da população brasileira, de sorte que seja uma instituição entrosada com Brasília e com sua sociedade, inclusive com a iniciativa privada — não se deve jamais reear o diálogo.

Deve estar ela habilitada para continuar a formar os melhores quadros institucionais tanto do setor público bem como da iniciativa privada e com manutenção dos laços, de modo que a instituição seja capaz de se renovar também a partir das necessidades constantes da sociedade. Por último, uma Universidade que possa manter pesquisa de qualidade, a qual reverbere no desenvolvimento socioeconômico de Brasília e do país.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Democracia na escola

Exercício de cargo público impõe preparo adequado

O que é preciso para que tenhamos um governo qualificado, capaz de solucionar os complexos desafios de administrar um país pujante em recursos naturais, populoso e diverso, profundamente desigual e de dimensões continentais?

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opinioao/2020/03/democracia-na-escola.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Escola de SP contraria ministério da Saúde e coloca alunos em quarentena por coronavírus

Parece que estamos na idade média, diz secretário de Vigilância do Ministério da Saúde

A escola Pueri Domus, de São Paulo, decidiu decretar quarentena de 15 dias a alunos que tenham viajado a 16 países onde foram detectados casos de coronavírus.

A medida contraria o Ministério da Saúde e é criticada por infectologistas, como David Uip, coordenador do Centro de Gestão do Coronavírus do Estado de São Paulo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/03/escola-de-sp-contraria-ministerio-da-saude-e-coloca-alunos-em-quarentena-por-coronavirus.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - COLUNA DO ESTADÃO

Borracha

Em resposta a um seguidor no Twitter, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que os livros didáticos estão sendo limpos aos poucos. O seguidor questionou por que títulos do MEC tratam de candomblé e de história chinesa e, em sua opinião, deixam a do Brasil de fora.

» Apaga tudo? “Os livros são contratados por três anos 18, 19, 2020... temos que limpar aos poucos. Já vai melhorar bem. Próximo ano já deve estar quase tudo limpo”, escreveu.

» Passado. Pela lei, os livros didáticos são obrigados a ter conteúdos educativos sobre a história da África e da luta dos negros no Brasil, com o resgate da contribuição deles para a história brasileira. A lei foi editada em 2003.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Desarticulação

Há duas semanas, o Ministério da Educação lançou seu programa para a alfabetização, o Tempo de Aprender. Essa é uma área em que os embates pedagógicos foram sempre tão intensos que, nos Estados Unidos, ganharam o nome de Reading Wars. O programa do MEC valoriza o método fônico de alfabetização, que usa uma abordagem diferente das propostas construtivistas, bastante difundidas no país. Num tema como esse — aliás, como quase tudo em educação —, seria ingênuo imaginar que haveria consenso. Certo é que a capacidade de um governo, qualquer governo, de fazer chegar na ponta a política proposta, por melhor ou pior que ela seja, vai depender da qualidade da implementação. Isso inclui, entre outras ações, a capacidade de articulação com diferentes atores do campo educacional.

Menos de 1% das matrículas na educação básica estão em escolas federais. Mais de 80% estão em redes municipais ou estaduais. As entidades que representam secretários municipais (Undime) e estaduais (Consed) logo se manifestaram em relação ao plano, reclamando não terem sido devidamente envolvidas nas discussões sobre sua formulação. Num governo eleito com o slogan Mais Brasil, Menos Brasília, aconteceu o contrário.

A dificuldade de articulação do MEC não acontece apenas na política para a alfabetização. Mesmo em temas em que teria mais chance de angariar apoios, o ministério tem acumulado derrotas na implementação de políticas que dependem de outros atores para se tornar realidade.

Em novembro do ano passado, o ministro Abraham Weintraub lançou, via medida provisória, a carteirinha de estudante digital. Ele e Bolsonaro nunca esconderam que um dos objetivos da medida era atacar entidades estudantis que conseguem recursos emitindo o documento, notadamente a UNE. Mas, na prática, a medida facilitava a vida de milhões de estudantes, que poderiam emitir de graça o documento. Num Congresso de maioria conservadora, um MEC com boa capacidade política teria chances significativas de fazer vingar um projeto como esse. Mas, com zero capacidade de articulação do atual ministério por lá, a MP caducou, e terá que ser reencaminhada via projeto de lei.

Na educação superior, o grande projeto apresentado até agora foi o Future-Se. A maioria das universidades federais — entidades que, segundo o ministro, promovem balbúrdia e mantêm vastos campos de plantação de maconha — optou por não aderir. Difícil imaginar que um projeto como o Future-se angariasse ampla simpatia dos reitores, mas, num governo com discurso menos bélico, a resistência seria menor. E vale lembrar que, também neste caso, para ficar de pé como proposto, o programa depende do Congresso Nacional.

Desde o final do ano passado especula-se que Weintraub está para cair, um movimento que seria comemorado por quase todo o campo educacional, e até por alguns membros do governo. Por outro lado, o titular da pasta do MEC tem recebido apoio do núcleo duro bolsonarista. Curiosamente, os grupos que torcem para que os projetos do atual MEC para a educação virem realidade talvez devessem ser justamente aqueles que mais deveriam estar desejando sua saída, pois um ministro com capacidade de articulação faria muito menos barulho no Twitter, mas teria muito mais condições de colocar de pé as políticas propostas. E, exatamente pelos mesmos motivos, muitos dos que desejam sua queda deveriam pensar duas vezes antes de comemorar uma eventual troca de comando no MEC.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Sem ajuda do MEC, um terço dos Estados testam plano próprio de alfabetização Parte relevante dos programas se inspira em modelo cearense e prevê repasse de parte do ICMS por critérios de desempenho escolar

Pelo menos um terço dos Estados brasileiros trabalham em projetos para melhorar os resultados de alfabetização sem ajuda do governo federal. As iniciativas têm ganhado corpo desde o ano passado e avançam enquanto o Ministério da Educação (MEC) tenta tirar do papel o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), gestado desde o início do governo de Jair Bolsonaro.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/03/02/sem-ajuda-do-mec-um-terco-dos-estados-testam-plano-proprio-de-alfabetizacao.ghtml>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Por autorregulação, faculdade privada estuda diploma digital Instituições particulares entendem que é preciso criar instituição independente, com CNPJ próprio, para funcionar como uma agência reguladora

Estimulado pelo Ministério da Educação (MEC), o setor privado de ensino superior iniciou estudos para desenvolver uma plataforma de blockchain para cuidar do registro digital de diplomas. A medida é tida como o primeiro passo em direção à autorregulação do segmento, algo defendido pelo ministro Abraham Weintraub em declarações públicas desde o ano passado.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2020/03/02/por-autorregulacao-faculdade-privada-estuda-diploma-digital.ghtml>

topo ↕

AGORA SÃO PAULO - SP - NAS RUAS

Ampliação de exigências dificulta bolsas para pós Prioridade do governo, pós com nota alta em cidade pobre não existe

O governo federal anunciou em fevereiro que irá privilegiar a concessão de bolsas de mestrado e de doutorado para alunos dos cursos mais bem avaliados do país que, ao mesmo tempo, estejam nas cidades mais pobres. O problema é que, de acordo com cruzamento de dados feito pela reportagem, as duas características caminham completamente separadas.

Pela proposta da **Capes**, agência federal ligada ao MEC (Ministério da Educação), quanto maior a nota do programa de pós-graduação, maior será o número de bolsas. Na prática, isso já acontece. A novidade é que entrariam na conta também a quantidade de estudantes formados de 2015 a 2018 em cada programa e o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) da cidade de cada curso.

A **Capes** afirmou, em nota, que o modelo protege as características históricas de cada área, "sob o ponto de vista do desempenho e da avaliação". O órgão diz que não há previsão de cortes de bolsas de pós-graduação em 2020. (Folha)

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - 2º CADERNO

Pesquisa analisa casos de síndrome metabólica

Uma pesquisa da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** mostrou que adolescentes entre 12 a 17 anos de idade passam três horas por dia, em média, em frente a telas de computador, tablet, televisão, videogames e celular. A partir daí, os pesquisadores bolsistas da **Capes** estudaram uma relação este tempo sedentário e o desenvolvimento de síndrome metabólica.

“O nosso foco, no caso, para esse estudo, é síndrome metabólica, que é uma constelação de fatores de risco que envolvem obesidade abdominal, questões relacionadas a diabetes, colesterol, pressão arterial elevada”, disse o pesquisador Felipe Cureau, autor do estudo junto com a fisioterapeuta Camila Schaan. Ambos têm doutorado em endocrinologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A primeira parte desse trabalho foi concluída e publicado recentemente no periódico holandês *International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity*. O trabalho faz parte do Estudo de Riscos Cardiovasculares em Adolescentes (Erica) e utilizou dados de 36 mil adolescentes de todo o Brasil, na faixa etária de 12 a 17 anos, durante os anos 2013 e 2014.

Apurou-se então que o tempo médio em frente a telas foi de três horas diárias. Felipe Cureau destacou, contudo, que foi percebida variação entre os entrevistados, desde jovens que preferiam não ficar diante de telas até adolescentes que passavam mais de sete horas diante do computador ou celular.

A análise entre o tempo sedentário e o desenvolvimento de síndrome metabólica mostra que o comportamento alimentar que esses adolescentes tinham enquanto estavam ficando no computador é muito importante, indicou Cureau. “Quanto maior o tempo em frente à tela, maior o risco para síndrome metabólica”.

Ao todo, 2,6% dos jovens consultados apresentaram síndrome metabólica. Cureau ressaltou que quando se avalia o que os jovens comem durante o tempo frente a telas, o que se constata é que, mesmo aqueles que ficam mais tempo, se não comerem nenhum tipo de petisco ou guloseima, eles acabam eliminando esse risco associado ao tempo de

tela.

Segundo Coureau, à medida que a pessoa fica mais tempo diante da tela, ela está mais exposta a propagandas e ao merchandising de alimentos ultraprocessados. (ABR)

topo ↕

ESTADO DE MINAS - MG - GERAIS

O problema da transição do ensino fundamental ao médio

Começo pelas evidências do problema: 23,1% dos jovens de 15 a 17 anos de idade, faixa etária típica de alunos do ensino médio (EM), cursam os anos finais (6º ao 9º) do ensino fundamental (EF), informa a PNAD Contínua/2018. Em encadeamento retrógrado, 12,4% dos de 11 a 14, idade típica dos anos finais do EF, ainda frequentam os anos iniciais (1º ao 5º: típico de crianças 6 a 10 anos). A desigualdade social exógena está no cerne do problema da desigualdade educacional: o atraso escolar dos jovens de 15 a 17 anos é quatro vezes maior entre os 20% de estudantes mais pobres que entre os 20% mais ricos. Contudo, quando a escola não consegue neutralizar os impactos da desigualdade social, é sinal da sua reprodução na própria intuição na forma de mais desigualdade educacional. Como se sabe, a escola proficiente faz a diferença.

No EM a distorção idade-série (dois anos e mais) é de 28% do total de 7,5 milhões de alunos do ensino médio no país (Censo Escolar Anual, MEC/Inep, 2019). No 1º ano, alcança 33% dos alunos. Quase um quarto (22,4%) dos alunos do EM estudam à noite. Precisam de trabalho e salário. Contudo, o trabalho diurno não é causa eficiente de baixo desempenho do aluno do noturno. A prova negativa disso é que, já nos anos finais do EF, a distorção média é de 25%. No 5º ano dos anos iniciais, alcança alarmantes 19%. Em 2019 matricularam-se no 1º ano do EF (crianças de 6 anos de idade) 2,7 milhões de alunos. Se regular, o fluxo escolar do EF teria graficamente a forma de um cilindro, ou seja, do 1º ao 9º ano o número de alunos seria constante. No entanto, os dados do Censo registram que o número de matrículas do 3º ao 6º ano ultrapassa 3 milhões de alunos. Alcança inacreditáveis 3,3 milhões no 6º ano, evidência de forte reprovação. Contudo, no 9º ano o total de matrículas cai para 2,7 milhões de alunos (600 mil matrículas a menos), evidência também de abandono escolar.

Sobre a “proficiência” ou o aprendizado esperado dos alunos, os resultados são muito críticos. Segundo o Ideb de 2015 e 2017, nos anos iniciais do EF a nota do país evoluiu somente dois décimos, de 5,3 a 5,5. Conforme a Fundação Lemann (site: QEdu), em 2017 apenas 21,8% das escolas que oferecem os anos iniciais do EF evoluíram bem, isto é, satisfizeram os três critérios de avaliação utilizados pelo QEdu: alcançar a meta de progresso da escola estabelecida pelo Inep/MEC, aumentar a nota no Ideb, e, conforme uma escala de 0 a 10 pontos, superar a nota mínima de 6. Essas escolas se encontram na categoria denominada “manter” (bons resultados); segue-se, em queda, (precisam) “melhorar”, caso de 27,2% das escolas, vez que não alcançaram a nota mínima de 6, embora tenham crescido no Ideb e alcançado a meta do Inep/MEC; “atenção”, a situação crítica de 25,8%, porque não satisfizeram dois dos três critérios de avaliação utilizados; e “alerta”, a situação muito crítica de 25,2% das escolas que não satisfizeram nenhum dos critérios.

A nota dos anos finais do EF foi 4,4. Aplicando-se o esquema analítico do QEdu, tem-se: “manter”, resultado de somente 2,6% das escolas; “melhorar”: 19,1%; “atenção”: 34,9%; “alerta”, 43,4% das escolas. Já o Ideb do EM estacionou nos 3,5. O que significa esse resultado? O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb/MEC) adota, para

português, uma escala de proficiência constituída de oito níveis, e, outra, de 10 níveis para matemática. Em português, espera-se que os alunos concluintes do EM alcancem no mínimo o Nível 6 (pontuação: 350 a 374). O Nível 7 (375 a 399) indica o bom desempenho, sendo o N-8 (400 a 425) o avançado. Naquele ano, a nota média nacional dos alunos do EM foi 260,37. Está situada no Nível 2 da escala adotada. Seria um ótimo resultado de alunos concluintes do 5º ano do fundamental! Em matemática, a situação é ainda pior. A escala contém 10 níveis, sendo de 450 a 475 pontos o intervalo máximo de pontuação. No entanto, 260,28 foi a média alcançada!

O país tem experimentado mudanças que não têm produzido alteração na qualidade do aprendizado! Exemplos: 1) como se contivesse uma variável mágica, estender de 8 para 9 anos a escolaridade no EF; 2) substituir a seriação pelo sistema de ciclos com progressão continuada. Isso resultou em “aprovação automática”, inercial; 3) estabelecer que a idade certa para alfabetizar é até aos 8 anos de idade, erro triunfal do MEC (2012) e do Plano Nacional de Educação 2014-2024. Essa “invenção”, penso, anulou o efeito positivo esperado do EF de nove anos; 4) adotar como “estratégia” a chamada “aceleração da aprendizagem”, que de transitória fez-se permanente: retroalimenta a EJA; 5) aumentar o número médio de professores por turma na escola.

Boas soluções começam a ser implementadas: 1) a introdução da BNCC deverá por um fim à era do “currículo oculto” (o professor ensina apenas o que sabe versus o que o aluno precisa conhecer e saber fazer); 2) a adoção pelas faculdades de educação da BNC-Formação, um padrão que, doravante, deverá orientar a formação acadêmica do docente e a formação continuada em serviço. Agora o país dispõe de um padrão nacional do que o professor precisa conhecer e saber fazer; 3) a BNCC estabelece que a idade certa para alfabetizar é aos 6 (leitura fluente) e até os 7 anos (escrita ortográfica); 4) a BNCC propõe a educação integral na escola em tempo integral. Todavia, esse alto propósito encontra obstáculo na atual escassez relativa de meios.

Isso considerado, é preciso aplicar o critério de equidade: 1) no EF, concentrar a oferta do tempo integral apenas para os alunos do 6º e do 9º ano, com ênfase em português e matemática; 2) no EM, concentrar o tempo integral no 1º ano, e nessas duas disciplinas; 3) em toda escola, como quer a BNCC, todo dia é dia de ler literatura e interpretar, desenvolver a oralidade, fazer redação, e resolver problemas. “Ensino médio: qual é o problema?”, assunto do próximo artigo.

topo ↕

J. DO COMMERCIO - PE - COLUNA DO ESTADÃO

Borracha

Em resposta a um seguidor no Twitter, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que os livros didáticos estão sendo limpos aos poucos. O seguidor questionou por que títulos do MEC tratam de candomblé e de história chinesa e, em sua opinião, deixam a do Brasil de fora.

» Apaga tudo? “Os livros são contratados por três anos 18, 19, 2020... temos que limpar aos poucos. Já vai melhorar bem. Próximo ano já deve estar quase tudo limpo”, escreveu.

» Passado. Pela lei, os livros didáticos são obrigados a ter conteúdos educativos sobre a história da África e da luta dos negros no Brasil, com o resgate da contribuição deles para a história brasileira. A lei foi editada em 2003.

topo ↕

JORNAL DO COMÉRCIO - RS - JORNAL CIDADES

Univates consegue patente de produto feito com espécie nativa do Estado

A partir de uma pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia, a Universidade do Vale do Taquari (Univates) obteve, recentemente, mais uma patente. Trata-se de um produto lácteo enriquecido com farinha de frutos verdes de mamãozinho-do-mato, espécie nativa do Rio Grande do Sul com alto teor de fibra alimentar, aminoácidos essenciais e proteínas. O produto é resultado da dissertação de Lilian Ferreira, orientada pela professora Elisete Maria de Freitas.

De acordo com Lilian, o mamãozinho-do-mato também é conhecido como jaracatiá e é considerado uma Planta Alimentícia Não Convencional (Panc). "A ideia inicial era outra, mas sempre tivemos certeza de que seria com o mamãozinho-do-mato. Durante a pesquisa, vimos que havia uma oportunidade maior de inovar com um produto voltado para o público consumidor de probióticos e derivados", relata. As características nutritivas do fruto apontam para alto teor de fibra alimentar, semelhante ao que pode ser obtido com o coco, além de aminoácidos essenciais e proteínas.

O uso da farinha de mamãozinho-do-mato no leite fermentado amplia a vida de prateleira do produto e também aumenta a concentração de micro-organismos probióticos. A professora Cláucia Volken de Souza explica que esses micro-organismos, quando em equilíbrio, beneficiam a saúde ao melhorarem a absorção de nutrientes e fortalecem o sistema imunológico. "Com isso, o leite fermentado com a farinha do mamãozinho-do-mato pode ser considerado um alimento simbiótico, devido ao seu efeito sobre os micro-organismos envolvidos", finaliza.

A orientadora acrescenta que, além dos benefícios, ao utilizar-se o mamãozinho-do-mato é feito o resgate de uma Panc, ainda pouco utilizada, para que seja introduzida na alimentação, já que, muitas vezes, elas estão próximas às casas das pessoas e essas nem sabem que se trata de uma planta que pode ser consumida. "No caso do jaracatiá, o uso popular era restrito ao caule, que, ao ser ralado, era utilizado em doces, muitas vezes em substituição do coco. Além disso, por se tratar de uma espécie nativa, o seu consumo promove maior conhecimento e valorização da biodiversidade", afirma Elisete.

topo ↕

O LIBERAL - PA - COLUNAS

Borracha

Em resposta a um seguidor no Twitter, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, disse que os livros didáticos estão sendo limpos aos poucos. O seguidor questionou por que títulos do MEC tratam de candomblé e de história chinesa e, em sua opinião, deixam a do Brasil de fora.

» Apaga tudo? "Os livros são contratados por três anos 18, 19, 2020... temos que limpar aos poucos. Já vai melhorar bem. Próximo ano já deve estar quase tudo limpo", escreveu.

» Passado. Pela lei, os livros didáticos são obrigados a ter conteúdos educativos sobre a história da África e da luta dos negros no Brasil, com o resgate da contribuição deles para a história brasileira. A lei foi editada em 2003.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Prioridade do governo, pós com nota alta em cidade pobre não existe Novo critério para distribuição de bolsas da Capes inclui número de formados e favorece municípios com IDHM baixo

São Paulo

O governo federal anunciou em fevereiro que irá privilegiar a concessão de bolsas de mestrado e de doutorado para alunos dos cursos mais bem avaliados do país que, ao mesmo tempo, estejam nas cidades mais pobres. O problema é que, de acordo com cruzamento de dados feito pela Folha, as duas características caminham completamente separadas.

Pela proposta da **Capes**, agência federal ligada ao MEC (Ministério da Educação), quanto maior a nota do programa de pós-graduação, maior será o número de bolsas. Na prática, isso já acontece. A novidade é que entrariam na conta também a quantidade de estudantes formados de 2015 a 2018 em cada programa e o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) da cidade de cada curso.

Pela nova distribuição, informa a **Capes**, um curso oferecido em uma instituição de uma cidade com IDHM mais baixo teria duas vezes o número de bolsas de outro semelhante que fica em um município com IDHM mais alto.

O que a **Capes** parece não saber é que 95% dos 4.285 programas de pós-graduação ativos hoje no Brasil estão em 287 municípios com IDHM alto ou muito alto. Ou seja: considerar o índice como critério de seleção de bolsa não faz sentido.

O restante —5% dos programas de pós do país, que são oferecidos em instituições de cidades mais pobres (IDHM médio e baixo)— não atinge o nível de excelência exigido pela própria **Capes** nos sistemas de avaliação da agência.

Há apenas duas exceções: dois programas de pós-graduação da Universidade Federal de Pelotas em Capão do Leão (a 265 km de Porto Alegre). Lá, o IDHM é médio, mas os cursos em ciências agrárias e em biotecnologia têm os conceitos máximos na avaliação da **Capes** (notas 6 e 7).

Os únicos programas de pós de escolas que ficam em cidades com IDHM baixo no Brasil —são apenas oito— também não se beneficiariam com a nova proposta da **Capes**.

Os cursos têm como foco biodiversidade, educação e ciências agrárias e correlatas em campus das universidades federais da Paraíba (na cidades de Areia, Bananeiras e Rio Tinto) e do Pará (em Cametá). A maioria deles tem nota 3, ou seja, estão apenas um ponto acima de programas desativados pela **Capes** por má qualidade.

Além disso, a também maioria desses programas de pós oferecidos em cidades com IDHM baixo têm apenas mestrado —a **Capes** anunciou que vai priorizar as bolsas de doutorado. E dois deles foram criados em 2014, ou seja, têm poucos alunos formados entre 2015 e 2018.

Não há, no país, nenhuma cidade com IDHM muito baixo que tenha instituição de ensino superior ofertando programa de pós-graduação —algo que a **Capes** também parece desconhecer.

Na prática, valerá o mesmo de sempre no modelo “inédito” de concessão de bolsas: as notas dos programas de pós-graduação, que são avaliados pela própria **Capes** a partir de indicadores como a quantidade de estudos científicos dos alunos e dos docentes. E, por esse critério, cursos de universidades recentemente criadas em regiões do país nas quais o ensino superior ainda não se consolidou sempre sairão perdendo.

topo ↕

AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL

Pesquisadores questionam critérios da Capes em novo modelo de concessão de bolsas

Órgão do Ministério da Educação anunciou novas regras para fomento à pós-graduação

Brasília

O governo Jair Bolsonaro anunciou um novo modelo para regular a concessão de bolsas de pós-graduação. Para pesquisadores, porém, os critérios definidos podem aumentar distorções e neutralizar a meta de valorizar os melhores cursos. Restrições orçamentárias também são entrave para a implementação, dizem os especialistas.

A **Capes** publicou portarias com as novas regras de distribuição de bolsas no dia 21 de fevereiro. No dia 26, acrescentou quadros de referência dos indicadores exigidos. A combinação desses critérios é o que gera dúvidas na comunidade acadêmica.

As incertezas entre líderes de pós-graduação no Brasil aumentaram porque a **Capes**, órgão ligado ao MEC (Ministério da Educação), não divulgou na sexta (28) o quadro de distribuição de bolsas que passará a vigorar em março. Isso era previsto nas portarias.

A **Capes** não informou por que não houve a divulgação. Segundo relatos à Folha, as indefinições orçamentárias para 2020 atrasaram a publicação.

A verba da **Capes** para este ano é menor do que a de 2019, quando o MEC, comandado por Abraham Weintraub, cortou 7.590 bolsas (8% do total).

O novo formato de concessão alia quantidade de bolsas à qualidade dos programas de pós-graduação, com preferência para as maiores notas (em uma escala de 3 até a 7).

O sistema acrescenta ainda como critérios o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) do local do curso e a quantidade média de alunos titulados entre 2015 e 2018. A proposta privilegia ainda o financiamento de alunos de doutorado aos de mestrado.

O modelo será implementado de forma gradual, a partir da distribuição das bolsas que forem sendo liberadas com a conclusão de pesquisas.

O novo sistema fará com que programas percam bolsas para outros mais bem avaliados a partir dos critérios estabelecidos. No entanto, nenhum programa perderá ou ganhará mais de 10% do número de bolsas em relação aos benefícios vigentes no momento da avaliação. A exceção são os cursos de notas 6 ou 7 —as mais altas—, que poderão ter até 30% de incremento.

A relação entre notas e bolsas é elogiada por pesquisadores, mas o critério de

quantidade de alunos formados é alvo de crítica generalizada.

“Cada universidade tem seus parâmetros, tempos de curso, e colocar isso como critério é colocar pressão sobre os pós-graduandos”, diz Flávia Calé, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos.

A pesquisadora elogia o fato de a **Capes** criar parâmetros de concessão, que até agora não existiam. No entanto, além de criticar o critério de titulação, ela chama atenção para a questão financeira. “Sem recursos, a gente enxuga gelo e só administra a escassez”, diz Calé.

O pesquisador titular do Inca (Instituto Nacional de Câncer) Luis Felipe Ribeiro Pinto considera que, sem apresentar simulações sobre o novo modelo, o governo toma decisão sem evidências do impacto.

Ele também ressalta a especificidade de cada área de pesquisa. “O grande problema é que formar números [de titulados] não é só o que queremos, mas principalmente como ele é formado, qual é o impacto social da pesquisa”, diz.

O corte de bolsas de 2019 foi realizado de forma linear, levando em conta apenas as notas. Isso gerou um impacto desigual, maior no Nordeste e em cursos de engenharia, como a Folha revelou em fevereiro.

O novo formato da **Capes** adiciona uma ponderação regional (o IDHM, para favorecer localidades mais pobres) e determina a quantidade de bolsas por uma classificação chamada de colégios de pesquisa.

A **Capes** é organizada por 49 áreas de pesquisa e avaliação, que se agrupam em grandes áreas do conhecimento, reunidas, por sua vez, em três colégios: ciências da vida; humanidades; e ciências exatas, tecnológicas e multidisciplinar.

Causa preocupação o uso dos colégios como parâmetro, porque dentro deles há áreas de pesquisa muito diferentes.

O indicador de número de formados, por exemplo, será calculado na comparação com a média do colégio. Isso significa que uma pós-graduação em nutrição (que passou a existir de forma autônoma no sistema de avaliação da **Capes** em 2011) será considerada ao lado de ciências agrárias (uma das áreas mais fortes da pesquisa brasileira).

Presidente da Anpocs (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) e professora da Universidade Federal de Santa Catarina, Miriam Grossi analisou as portarias. Para ela, é certo que haverá redução de bolsas para humanidades.

“As nossas pesquisas exigem um tipo de formação teórica. Os pesquisadores necessitam das bolsas nas formações, porque é a fonte de renda, e em outras áreas muitas pessoas têm empregos paralelos.”

O presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, Carlos Henrique de Carvalho, participou de parte das discussões sobre o novo modelo. Segundo ele, considerar as áreas e não os colégios também poderia manter distorções,

uma vez que as áreas são tão diversas entre si quanto os colégios.

“Temos de criar um grupo de trabalho para acompanhar a aplicação do modelo”, diz ele, que também ressalta a preocupação orçamentária para que o novo modelo seja viabilizado.

A **Capes** afirmou, em nota, que o modelo protege as características históricas de cada área, “sob o ponto de vista do desempenho e da avaliação”.

Os quantitativos iniciais por colégio “foram definidos de forma a impedir a transferência de bolsas entre os colégios”.

O órgão diz que não há previsão de cortes de bolsas em 2020. “O modelo começa a ser implementado em março e não há prazo de implementação completa, pois é dinâmico.”

topo ↕

BLOG DO LUÍS NASSIF - BLOG

Os desafios políticos da esquerda brasileira, por Eduardo Costa Pinto

É evidente que as fake-news criam cortinas de fumaça para a população, mas acho que temos que compreender os motivos (elementos estruturais) que criaram a demanda da população pelo anti-sistêmico.

Os resultados eleitorais em boa parte do mundo têm evidenciado que parte expressiva da população está optando em votar em candidatos que não representem o establishment, que é fortemente identificado com o “centro”.

Os liberais e suas caixas de ressonância ideológica (The Economist, fundações empresariais internacionais, grande imprensa liberal – no caso brasileiro a Globo, a Folha, etc.) estão tentando reconstruir um “centro” nos países desenvolvidos e periféricos, mas isso não é possível dado que a população enxerga esse “centro” como o establishment.

E acho que com toda a razão, pois esse “centro” (os “neoliberais progressistas”, nos termos da Nancy Fraser) governou a Europa e os EUA nos últimos 30 anos.

Arrisco a dizer que a população está questionando tanto o establishment econômico (1% mais rico) como o político (o sistema partidário em geral) e o acadêmico (professores e pesquisadores universitários, os donos da verdade científica e os que legitimaram os donos do poder nas últimas décadas).

É evidente que as fake-news criam cortinas de fumaça para a população, mas acho que temos que compreender os motivos (elementos estruturais) que criaram a demanda da população pelo anti-sistêmico.

Na questão econômica, o aumento da desigualdade e a piora gradual da renda do trabalho explicam esse movimento anti-sistema do povo. Não por acaso, o Piketty ganhou toda sua notoriedade ao apresentar os dados de desigualdade na Europa e nos EUA nas últimas décadas.

No caso brasileiro, os efeitos sociais do austericídio da Dilma em 2015 foram devastadores. O choque de juros, o corte de gastos e, sobretudo, o choque de preços

administrados (energia, gás, gasolina – o preço do botijão aumentou 20% em 2015), em conjunto com a elevação rápida do desemprego aumentaram o descolamento do governo com a população mais pobre.

No caso do sistema político, há pouca alternativa em termos de proposições de políticas econômicas (dos diversos partidos com chance eleitoral) que busquem efetivamente melhorar as condições dos mais pobres e dos trabalhadores.

Basta olhar o que foi a terceira via europeia depois do Mitterrand, em 1982, com o avanço do neoliberalismo na década de 1990.

É evidente que durante os governos Lula e Dilma as condições de vida melhoraram e não por acaso o Lula saiu como o presidente mais bem avaliado. Somado a catástrofe econômica de 2015, os efeitos políticos e institucionais da lava jato foram destruidores. Implodiu o sistema político com o efeito Joesley e acelerou no Brasil a ideia da necessidade do anti-sistêmico.

E foi o Bolsonaro que conseguiu capturar essa energia revolucionária da população (o atual espírito do tempo, basta ver o Chile e a produção do cinema – Coringa, Bacurau, Parasita, entre outros), vendendo-se como um “jacobino de direita”!

Vendeu a falsa ideia que vai mudar tudo que está aí! Mesmo ele sendo o mais arcaico da política brasileira. Para continuar com esse discurso precisa criar inimigos (Congresso, imprensa, esquerda marxista cultural, ONU, etc.) que estariam impedindo a melhoria do povo e da nação. Ainda vamos vivenciar turbulências constantemente.

No plano acadêmico, estamos cada vez mais distante da população e das questões brasileiras. Ficamos presos nas nossas especializações (no caso do economista como se fosse possível resolver tudo como uma política monetária ou fiscal mais adequada tecnicamente). Estamos presos aos pontinhos **CAPES** e a aprovação dos nossos pares (Quando não, preocupados com a reação de potenciais clientes de projetos de consultorias). Nossas análises estão cada vez mais burocráticas. E isso vale não somente para os economistas, mas para boa parte das ciências sociais.

Não tenho uma resposta pronta para sair dessa situação. Mas tenho alguns pontos que acho que estão claros, pelo menos pra mim:

1) a saída neoliberal, implementada desde 2015 e aprofundada em 2016 e em 2019, não está gerando o crescimento econômico esperado, nem melhorando o mercado de trabalho. A fada da confiança não vai se materializar! Por outro lado, a mudança de regime em curso (reformas trabalhista, previdenciário, teto dos gastos, etc.) tem possibilitado uma forte elevação das taxas de lucros das grandes empresas (financeira e não financeiras) em detrimento dos salários dos trabalhadores e da oferta de bens públicos pelo Estado;

2) não dá pra adotar as mesmas medidas econômicas utilizadas no governo Lula, pois as condições estruturais (mudanças nos termos de troca, destruição de segmentos produtivos em virtude dos efeitos da lava jato, etc.) se modificaram de forma expressiva a partir de 2011, dificultando, em muito, a construção do mesmo arranjo econômico da era Lula;

3) não há no atual momento como construir uma conciliação política (lulismo) com os setores dominantes. O outro lado (do capital) não quer (vide FIESP, bancos, agronegócio, etc.), pois as taxas de lucros das grandes empresas estão crescendo de forma vigorosa desde 2017. Esses segmentos dominantes estão tentando implementar uma mudança no padrão de acumulação do Brasil, retornando elementos pré 1930 da relação entre capital e trabalho e entre Estado e população.

Acho que a esquerda tem que construir um programa mais ousado (o caso do Bernie Sanders é ilustrativo, se definindo como socialista democrático no EUA e mesmo assim tendo chance eleitoral) que foque nos investimentos públicos em infraestrutura urbana, em educação e saúde (bens públicos) que deverão, em parte, ser financiados por forte elevação dos impostos sobre o 1% mais ricos (aumento do IPTU, do ITR, dos dividendos, das heranças, etc.).

O 1% mais rico deve ser o nosso foco político, somente assim a esquerda vai se conectar com a demanda eleitoral anti-sistema da população. E não adianta fazer um programa ousado e depois girar completamente como a Dilma em 2015.

E olha que esse projeto mais ousado nada mais é do que um resgate da social democracia. E alguns amigos vão me dizer que um “marxista raiz” não pode defender a implementação de uma social democracia clássica.

Minha resposta para isso é: dada nossa acumulação de forças atual, a social democracia raiz tornou-se “revolucionária” para o Brasil, marcado por seus setores dominantes escravocratas e patológicos, que adotam o Jeitão, nos termos do Chico de Oliveira, para se manter no poder a qualquer custo! Mudando regime, dando golpes clássico/militar ou parlamentar!

É evidente que essa acumulação de forças pode mudar rapidamente, mas não há sinais no curto prazo.

Além de construir esse tipo de plano econômico, precisaremos defendê-lo com muita intensidade política. É possível implantar um programa desse tipo hoje no Brasil? Não sei responder, mas temos que tentar!

Realmente, essa batalha vai muito além do ciclo eleitoral, pois acho que viveremos uma transição longa no Brasil e no Mundo.

Sem o apoio da população (com seu espírito do tempo anti-sistema), a esquerda pode até ganhar a próxima eleição, mas não conseguirá governar nem levar o jogo até final do tempo determinado institucionalmente. Sempre pode aparecer um juiz que apite sem neutralidade.

(*) Professor do Instituto de Economia da UFRJ

topo ↕

BRASIL247 - NOTÍCIAS

Reflexões sobre o nosso tempo: democracia, esquerda e Brasil

Acho que a esquerda tem que construir um programa mais ousado (o caso do Bernie Sanders é ilustrativo, se definir como uma socialista democráticos no EUA e

mesmo assim ter chance eleitoral) que foque nos investimentos públicos em infra urbana, em educação e saúde (bens públicos)

Os resultados eleitorais em, boa parte, do mundo têm evidenciado que parte expressiva da população está optando em votar em candidatos que não representem o establishment, que é fortemente identificado com o "centro".

Os liberais e suas caixas de ressonâncias ideológicas (The Economist, fundações empresariais internacionais, grande imprensa liberal - no caso brasileira a Globo, a Folha, etc.) estão tentando reconstruir um "centro" nos países desenvolvidos e periféricos, mas isso não é possível dado que a população enxerga esse "centro" como o establishment.

E acho que com toda a razão, pois esse "centro", os "liberais progressistas", nos termos da Nancy Fraser, governou a Europa e os EUA nos últimos 30 anos.

Arrisco a dizer que a população está questionando tanto o establishment econômico (1% mais rico) como o político (o sistema partidário em geral) e o acadêmico (professores e pesquisadores universitários, os donos da verdade científica e os que legitimaram os donos do poder nas últimas décadas).

É evidente que as fake-news criam cortinas de fumaça para a população, mas acho que temos que compreender os motivos (elementos estruturais) que criaram a demanda da população pelo anti-sistêmico.

Na questão econômica, o aumento da desigualdade e a piora gradual da renda do trabalho explicam esse movimento anti-sistema do povo. Não por acaso o Piketty ganhou toda sua notoriedade ao apresentar os dados de desigualdade na Europa e nos EUA nas últimas décadas.

No caso brasileiro, os efeitos sociais do austericídio da Dilma em 2015 foram devastadores. O choque de juros, o corte de gastos e, sobretudo, o choque de preços administrados (energia, gás, gasolina - o preço do botijão aumentou 20% em 2015) e a elevação rápida do desemprego aumentaram o descolamento do governo com a população mais pobre.

No caso do sistema político, há pouca alternativa em termos de proposições de políticas econômicas (dos diversos partidos com chance eleitoral) que busquem efetivamente melhorar as condições dos mais pobres e dos trabalhadores.

Basta olhar o que foi a terceira via europeia depois do Mitterrand, em 1982, e com o avanço do neoliberalismo na década de 1990.

É evidente que durante os governos Lula e Dilma as condições de vida melhoraram e não por acaso o Lula saiu como o presidente mais bem avaliado. Somado a catástrofe econômica de 2015, os efeitos políticos e institucionais da lava jato foram destruidores. Implodiu o sistema político com o efeito Joesley e acelerou no Brasil a ideia da necessidade do anti-sistêmico.

E foi o Bolsonaro que conseguiu capturar essa energia revolucionária da população (o atual espírito do tempo, basta ver o Chile e a produção do cinema – Coringa, Bacurau,

Parasita, entre outros), vendendo-se como um “jacobino de direita”!

Vendeu a falsa ideia que vai mudar tudo que está aí! Mesmo ele sendo o mais arcaico da política brasileira. Para continuar com esse discurso precisa criar inimigos (Congresso, imprensa, esquerda marxista cultural, ONU, etc.) que estariam impedindo a melhoria do povo e da nação. Ainda vamos vivenciar turbulências constantemente.

No plano acadêmico, estamos cada vez mais distante da população e das questões brasileiras. Ficamos presos nas nossas especializações (no caso do economista como se fosse possível resolver tudo como uma política monetária ou fiscal mais adequada tecnicamente). Estamos presos aos pontinhos **CAPES** e a aprovação dos nossos pares. Nossas análises estão cada vez mais burocráticas. E isso vale não somente para os economistas, mas para boa parte das ciências sociais.

Não tenho uma resposta pronta para sair dessa situação. Mas tenho alguns pontos que acho que estão claros, pelo menos pra mim:

1) a saída neoliberal, implementada desde 2015 e aprofundada em 2016 e em 2019, não está gerando crescimento econômico esperado, nem melhorando o mercado de trabalho. A fada da confiança não quer apercer. Por outro lado, a mudança de regime em curso (reformas trabalhista, previdenciário, teto dos gastos, etc.) tem possibilitado uma forte elevação das taxas de lucros das grandes empresas (financeira e não financeiras) em detrimento do salários dos trabalhadores e da oferta de bens públicos pelo Estado;

2) não dá pra adotar as mesmas medidas econômicas utilizadas no governo Lula, pois as condições estruturais (mudanças nos termos de troca, destruição de segmentos produtivos em virtude dos efeitos da lava jato, etc.) se modificaram de forma expressiva a partir de 2011 que dificultam, em muito, construir o mesmo arranjo econômico da era Lula;

3) não há no atual momento como construir uma conciliação política (lulismo) com os setores dominantes. O outro lado (do capital) não quer (vide FIESP, bancos, agronegócio, etc.), pois as taxas de lucros das grandes empresas estão crescendo de forma vigorosa desde 2017. Esses segmentos dominantes estão tentando implementar uma mudança no padrão de acumulação do Brasil, retornando elementos pré 1930 da relação entre capital e trabalho e entre Estado e a população.

Acho que a esquerda tem que construir um programa mais ousada (o caso do Bernie Sanders é ilustrativo, se definir como uma socialista democráticos no EUA e mesmo assim ter chance eleitoral) que foque nos investimentos públicos em infra urbana, em educação e saúde (bens públicos) que deverá em parte ser financiado por forte elevação dos impostos sobre o 1% mais ricos (aumento do IPTU, do ITR, dos dividendos, das heranças, etc).

O 1% mais rico deve ser o nosso foco político, somente assim a esquerda vai se conectar com a demanda eleitoral anti-sistema da população. E não adianta fazer um programa ousado e depois girar completamente como a Dilma em 2015.

E olha que esse projeto mais ousado nada mais é do que um resgate da social democracia. E alguns amigos vão me dizer que um marxistas raiz não pode defender a

implementação de uma social democracia clássica.

Minha resposta para isso é: dada nossa acumulação de forças atual a social democracia raiz tornou-se "revolucionário" para o Brasil marcado por seus setores dominantes escravocratas e patológicos, que adotam o Jeitão, nos termos do Chico de Oliveira, para se manter no poder a qualquer custo! Mudando regime, dando golpes clássico/militar ou parlamentar!

É evidente que essa acumulação de forças pode mudar rapidamente, mas não há sinais no curto prazo.

Além de construir esse tipo de plano econômico, precisaremos defendê-lo com muita intensidade política. É possível implantar um programa desse tipo hoje no Brasil? Não sei responder, mas temos que tentar!

Realmente, essa batalha vai muito além do ciclo eleitoral, pois acho que viveremos uma transição longa no Brasil e no Mundo.

Sem o apoio dessa população (com seu espírito do tempo anti-sistema), a esquerda pode até ganhar a próxima eleição, mas não conseguirá governar nem levar o jogo até final do tempo determinado institucionalmente. Sempre pode aparecer um juiz que apite sem neutralidade!

Desculpem o texto longo, mas são inquietações que compartilho com vocês, num sábado a noite chuvoso no Rio, para pensarmos coletivamente.

topo ↕

CENTRAL DE NOTÍCIAS - NOTÍCIAS

Pesquisadores questionam critérios da Capes em novo modelo de concessão de bolsas

O governo Jair Bolsonaro anunciou um novo modelo para regular a concessão de bolsas de pós-graduação. Para pesquisadores, porém, os critérios definidos podem aumentar distorções e neutralizar a meta de valorizar os melhores cursos. Restrições orçamentárias também são entrave para a implementação, dizem os especialistas.

A **Capes** publicou portarias com as novas regras de distribuição de bolsas no dia 21 de fevereiro. No dia 26, acrescentou quadros de referência dos indicadores exigidos. A combinação desses critérios é o que gera dúvidas na comunidade acadêmica.

As incertezas entre líderes de pós-graduação no Brasil aumentou, porque a **Capes**, órgão ligado ao MEC (Ministério da Educação), não divulgou na sexta (28) o quadro de distribuição de bolsas que passará a vigorar em março. Isso era previsto nas portarias.

A **Capes** não informou por que não houve a divulgação. Segundo relatos à Folha, as indefinições orçamentárias para 2020 atrasaram a publicação.

A verba da **Capes** para este ano é menor do que a de 2019, quando o MEC, comandado por Abraham Weintraub, cortou 7.590 bolsas (8% do total).

O novo formato de concessão alia quantidade de bolsas à qualidade dos programas de pós-graduação, com preferência para as maiores notas (em uma escala de 3 até a 7).

O sistema acrescenta ainda como critérios o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) do local do curso e a quantidade média de alunos titulados entre 2015 e 2018. A proposta privilegia ainda o financiamento de alunos de doutorado aos de mestrado.

O modelo será implementado de forma gradual, a partir da distribuição das bolsas que forem sendo liberadas com a conclusão de pesquisas.

O novo sistema fará com que programas percam bolsas para outros mais bem avaliados a partir dos critérios estabelecidos. No entanto, nenhum programa perderá ou ganhará mais de 10% do número de bolsas em relação aos benefícios vigentes no momento da avaliação. A exceção são os cursos de notas 6 ou 7 —as mais altas—, que poderão ter até 30% de incremento.

A relação entre notas e bolsas é elogiada por pesquisadores, mas o critério de quantidade de alunos formados é alvo de crítica generalizada.

“Cada universidade tem seus parâmetros, tempos de curso, e colocar isso como critério é colocar pressão sobre os pós-graduandos”, diz Flávia Calé, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos.

A pesquisadora elogia o fato de a **Capes** criar parâmetros de concessão, que até agora não existiam. No entanto, além de criticar o critério de titulação, ela chama atenção para a questão financeira. “Sem recursos, a gente enxuga gelo e só administra a escassez”, diz Calé.

O pesquisador titular do Inca (Instituto Nacional de Câncer) Luis Felipe Ribeiro Pinto considera que, sem apresentar simulações sobre o novo modelo, o governo toma decisão sem evidências do impacto.

Ele também ressalta a especificidade de cada área de pesquisa. “O grande problema é que formar números [de titulados] não é só o que queremos, mas principalmente como ele é formado, qual é o impacto social da pesquisa”, diz.

O corte de bolsas de 2019 foi realizado de forma linear, levando em conta apenas as notas. Isso gerou um impacto desigual, maior no Nordeste e em cursos de engenharia, como a Folha revelou em fevereiro.

O novo formato da **Capes** adiciona uma ponderação regional (o IDHM, para favorecer localidades mais pobres) e determina a quantidade de bolsas por uma classificação chamada de colégios de pesquisa.

A **Capes** é organizada por 49 áreas de pesquisa e avaliação, que se agrupam em grandes áreas do conhecimento, reunidas, por sua vez, em três colégios: ciências da vida; humanidades; e ciências exatas, tecnológicas e multidisciplinar.

Causa preocupação o uso dos colégios como parâmetro, porque dentro deles há áreas de pesquisa muito diferentes.

O indicador de número de formados, por exemplo, será calculado na comparação com a média do colégio. Isso significa que uma pós-graduação em nutrição (que passou a existir de forma autônoma no sistema de avaliação da **Capes** em 2011) será considerada ao lado de ciências agrárias (uma das áreas mais fortes da pesquisa brasileira).

Presidente da Anpocs (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) e professora da Universidade Federal de Santa Catarina, Miriam Grossi analisou as portarias. Para ela, é certo que haverá redução de bolsas para humanidades.

“As nossas pesquisas exigem um tipo de formação teórica. Os pesquisadores necessitam das bolsas nas formações, porque é a fonte de renda, e em outras áreas muitas pessoas têm empregos paralelos.”

O presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, Carlos Henrique de Carvalho, participou de parte das discussões sobre o novo modelo. Segundo ele, considerar as áreas e não os colégios também poderia manter distorções, uma vez que as áreas são tão diversas entre si quanto os colégios.

“Temos de criar um grupo de trabalho para acompanhar a aplicação do modelo”, diz ele, que também ressalta a preocupação orçamentária para que o novo modelo seja viabilizado.

A **Capes** afirmou, em nota, que o modelo protege as características históricas de cada área, “sob o ponto de vista do desempenho e da avaliação”.

Os quantitativos iniciais por colégio “foram definidos de forma a impedir a transferência de bolsas entre os colégios”.

O órgão diz que não há previsão de cortes de bolsas em 2020. “O modelo começa a ser implementado em março e não há prazo de implementação completa, pois é dinâmico.”

topo 

PORTAL DO HOLANDA - TEMPO REAL

Pesquisadores questionam critérios da Capes em novo modelo de concessão de bolsas

BRASÍLIA, DF (FOLHAPRESS) - O governo Jair Bolsonaro anunciou um novo modelo para regular a concessão de bolsas de pós-graduação. Para pesquisadores, porém, os critérios definidos podem aumentar distorções e neutralizar a meta de valorizar os melhores cursos. Restrições orçamentárias também são entrave para a implementação, dizem os especialistas.

A **Capes** publicou portarias com as novas regras de distribuição de bolsas no dia 21 de fevereiro. No dia 26, acrescentou quadros de referência dos indicadores exigidos. A combinação desses critérios é o que gera dúvidas na comunidade acadêmica.

As incertezas entre líderes de pós-graduação no Brasil aumentou, porque a **Capes**, órgão ligado ao MEC (Ministério da Educação), não divulgou na sexta (28) o quadro de distribuição de bolsas que passará a vigorar em março. Isso era previsto nas portarias.

A **Capes** não informou por que não houve a divulgação. Segundo relatos à Folha, as indefinições orçamentárias para 2020 atrasaram a publicação.

A verba da **Capes** para este ano é menor do que a de 2019, quando o MEC, comandado por Abraham Weintraub, cortou 7.590 bolsas (8% do total).

O novo formato de concessão alia quantidade de bolsas à qualidade dos programas de pós-graduação, com preferência para as maiores notas (em uma escala de 3 até a 7).

O sistema acrescenta ainda como critérios o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) do local do curso e a quantidade média de alunos titulados entre 2015 e 2018. A proposta privilegia ainda o financiamento de alunos de doutorado aos de mestrado.

O modelo será implementado de forma gradual, a partir da distribuição das bolsas que forem sendo liberadas com a conclusão de pesquisas.

O novo sistema fará com que programas percam bolsas para outros mais bem avaliados a partir dos critérios estabelecidos. No entanto, nenhum programa perderá ou ganhará mais de 10% do número de bolsas em relação aos benefícios vigentes no momento da avaliação. A exceção são os cursos de notas 6 ou 7 --as mais altas--, que poderão ter até 30% de incremento.

A relação entre notas e bolsas é elogiada por pesquisadores, mas o critério de quantidade de alunos formados é alvo de crítica generalizada.

"Cada universidade tem seus parâmetros, tempos de curso, e colocar isso como critério é colocar pressão sobre os pós-graduandos", diz Flávia Calé, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos.

A pesquisadora elogia o fato de a **Capes** criar parâmetros de concessão, que até agora não existiam. No entanto, além de criticar o critério de titulação, ela chama atenção para a questão financeira. "Sem recursos, a gente enxuga gelo e só administra a escassez", diz Calé.

O pesquisador titular do Inca (Instituto Nacional de Câncer) Luis Felipe Ribeiro Pinto considera que, sem apresentar simulações sobre o novo modelo, o governo toma decisão sem evidências do impacto.

Ele também ressalta a especificidade de cada área de pesquisa. "O grande problema é que formar números [de titulados] não é só o que queremos, mas principalmente como ele é formado, qual é o impacto social da pesquisa", diz.

O corte de bolsas de 2019 foi realizado de forma linear, levando em conta apenas as notas. Isso gerou um impacto desigual, maior no Nordeste e em cursos de engenharia, como a Folha revelou em fevereiro.

O novo formato da **Capes** adiciona uma ponderação regional (o IDHM, para favorecer localidades mais pobres) e determina a quantidade de bolsas por uma classificação chamada de colégios de pesquisa.

A **Capes** é organizada por 49 áreas de pesquisa e avaliação, que se agrupam em grandes

áreas do conhecimento, reunidas, por sua vez, em três colégios: ciências da vida; humanidades; e ciências exatas, tecnológicas e multidisciplinar.

Causa preocupação o uso dos colégios como parâmetro, porque dentro deles há áreas de pesquisa muito diferentes.

O indicador de número de formados, por exemplo, será calculado na comparação com a média do colégio. Isso significa que uma pós-graduação em nutrição (que passou a existir de forma autônoma no sistema de avaliação da **Capes** em 2011) será considerada ao lado de ciências agrárias (uma das áreas mais fortes da pesquisa brasileira).

Presidente da Anpocs (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) e professora da Universidade Federal de Santa Catarina, Miriam Grossi analisou as portarias. Para ela, é certo que haverá redução de bolsas para humanidades.

"As nossas pesquisas exigem um tipo de formação teórica. Os pesquisadores necessitam das bolsas nas formações, porque é a fonte de renda, e em outras áreas muitas pessoas têm empregos paralelos."

O presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, Carlos Henrique de Carvalho, participou de parte das discussões sobre o novo modelo. Segundo ele, considerar as áreas e não os colégios também poderia manter distorções, uma vez que as áreas são tão diversas entre si quanto os colégios.

"Temos de criar um grupo de trabalho para acompanhar a aplicação do modelo", diz ele, que também ressalta a preocupação orçamentária para que o novo modelo seja viabilizado.

A **Capes** afirmou, em nota, que o modelo protege as características históricas de cada área, "sob o ponto de vista do desempenho e da avaliação".

Os quantitativos iniciais por colégio "foram definidos de forma a impedir a transferência de bolsas entre os colégios".

O órgão diz que não há previsão de cortes de bolsas em 2020. "O modelo começa a ser implementado em março e não há prazo de implementação completa, pois é dinâmico."

topo 

ZERO HORA - RS - TEMPO REAL

Pesquisadores questionam critérios da Capes em novo modelo de concessão de bolsas

BRASÍLIA, DF (FOLHAPRESS) - O governo Jair Bolsonaro anunciou um novo modelo para regular a concessão de bolsas de pós-graduação. Para pesquisadores, porém, os critérios definidos podem aumentar distorções e neutralizar a meta de valorizar os melhores cursos. Restrições orçamentárias também são entrave para a implementação, dizem os especialistas.

A **Capes** publicou portarias com as novas regras de distribuição de bolsas no dia 21 de fevereiro. No dia 26, acrescentou quadros de referência dos indicadores exigidos. A combinação desses critérios é o que gera dúvidas na comunidade acadêmica.

As incertezas entre líderes de pós-graduação no Brasil aumentou, porque a **Capes**, órgão ligado ao MEC (Ministério da Educação), não divulgou na sexta (28) o quadro de distribuição de bolsas que passará a vigorar em março. Isso era previsto nas portarias.

A **Capes** não informou por que não houve a divulgação. Segundo relatos à Folha, as indefinições orçamentárias para 2020 atrasaram a publicação.

A verba da **Capes** para este ano é menor do que a de 2019, quando o MEC, comandado por Abraham Weintraub, cortou 7.590 bolsas (8% do total).

O novo formato de concessão alia quantidade de bolsas à qualidade dos programas de pós-graduação, com preferência para as maiores notas (em uma escala de 3 até a 7).

O sistema acrescenta ainda como critérios o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) do local do curso e a quantidade média de alunos titulados entre 2015 e 2018. A proposta privilegia ainda o financiamento de alunos de doutorado aos de mestrado.

O modelo será implementado de forma gradual, a partir da distribuição das bolsas que forem sendo liberadas com a conclusão de pesquisas.

O novo sistema fará com que programas percam bolsas para outros mais bem avaliados a partir dos critérios estabelecidos. No entanto, nenhum programa perderá ou ganhará mais de 10% do número de bolsas em relação aos benefícios vigentes no momento da avaliação. A exceção são os cursos de notas 6 ou 7 --as mais altas--, que poderão ter até 30% de incremento.

A relação entre notas e bolsas é elogiada por pesquisadores, mas o critério de quantidade de alunos formados é alvo de crítica generalizada.

"Cada universidade tem seus parâmetros, tempos de curso, e colocar isso como critério é colocar pressão sobre os pós-graduandos", diz Flávia Calé, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos.

A pesquisadora elogia o fato de a **Capes** criar parâmetros de concessão, que até agora não existiam. No entanto, além de criticar o critério de titulação, ela chama atenção para a questão financeira. "Sem recursos, a gente enxuga gelo e só administra a escassez", diz Calé.

O pesquisador titular do Inca (Instituto Nacional de Câncer) Luis Felipe Ribeiro Pinto considera que, sem apresentar simulações sobre o novo modelo, o governo toma decisão sem evidências do impacto.

Ele também ressalta a especificidade de cada área de pesquisa. "O grande problema é que formar números [de titulados] não é só o que queremos, mas principalmente como ele é formado, qual é o impacto social da pesquisa", diz.

O corte de bolsas de 2019 foi realizado de forma linear, levando em conta apenas as notas. Isso gerou um impacto desigual, maior no Nordeste e em cursos de engenharia, como a Folha revelou em fevereiro.

O novo formato da **Capes** adiciona uma ponderação regional (o IDHM, para favorecer localidades mais pobres) e determina a quantidade de bolsas por uma classificação chamada de colégios de pesquisa.

A **Capes** é organizada por 49 áreas de pesquisa e avaliação, que se agrupam em grandes áreas do conhecimento, reunidas, por sua vez, em três colégios: ciências da vida; humanidades; e ciências exatas, tecnológicas e multidisciplinar.

Causa preocupação o uso dos colégios como parâmetro, porque dentro deles há áreas de pesquisa muito diferentes.

O indicador de número de formados, por exemplo, será calculado na comparação com a média do colégio. Isso significa que uma pós-graduação em nutrição (que passou a existir de forma autônoma no sistema de avaliação da **Capes** em 2011) será considerada ao lado de ciências agrárias (uma das áreas mais fortes da pesquisa brasileira).

Presidente da Anpocs (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais) e professora da Universidade Federal de Santa Catarina, Miriam Grossi analisou as portarias. Para ela, é certo que haverá redução de bolsas para humanidades.

"As nossas pesquisas exigem um tipo de formação teórica. Os pesquisadores necessitam das bolsas nas formações, porque é a fonte de renda, e em outras áreas muitas pessoas têm empregos paralelos."

O presidente do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação, Carlos Henrique de Carvalho, participou de parte das discussões sobre o novo modelo. Segundo ele, considerar as áreas e não os colégios também poderia manter distorções, uma vez que as áreas são tão diversas entre si quanto os colégios.

"Temos de criar um grupo de trabalho para acompanhar a aplicação do modelo", diz ele, que também ressalta a preocupação orçamentária para que o novo modelo seja viabilizado.

A **Capes** afirmou, em nota, que o modelo protege as características históricas de cada área, "sob o ponto de vista do desempenho e da avaliação".

Os quantitativos iniciais por colégio "foram definidos de forma a impedir a transferência de bolsas entre os colégios".

O órgão diz que não há previsão de cortes de bolsas em 2020. "O modelo começa a ser implementado em março e não há prazo de implementação completa, pois é dinâmico."

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Carnaval: Universidades oferecem cursos de pós-graduação e MBA para profissionais de folia

Saiba mais sobre oportunidades na UFRJ, Uerj, Candido Mendes e Veiga de Almeida

RIO — Ninguém duvida que cada desfile na Sapucaí é uma verdadeira aula de cultura popular. O que muitos sequer desconfiam é que há um outro enredo por trás das

apresentações. Sem fantasias e adereços e munida de cadernos e canetas, uma turma cada vez maior tem ido para as salas de aula estudar o carnaval. Os “acadêmicos do samba” já têm espaço na UFRJ, na Uerj, na Candido Mendes e na Veiga de Almeida, que oferecem cursos de pós-graduação e MBA ou laboratórios para reunir quem pesquisa e também quem faz a folia acontecer.

O carnavalesco Tarcísio Zanon está no grupo dos que levam para a Avenida o que aprendeu em sala de aula. Pós-graduado em Figurino e Carnaval pela Universidade Veiga de Almeida, ele foi aluno, por exemplo, de Jack Vasconcelos, carnavalesco da Mocidade. Ao lado de Marcus Ferreira, Tarcísio fez da Viradouro a campeã do Sambódromo este ano. Já Gabriel Haddad, da Grande Rio, a vice-campeã, defendeu, poucas semanas antes dos desfiles, sua dissertação de mestrado sobre carnaval no Programa de Pós-Graduação em Artes da Uerj.

Pesquisa de campo

Na UFRJ, o Observatório de Carnaval, ligado ao Museu Nacional e criado há três anos, reúne cerca de 50 alunos de graduação, mestrado e doutorado, de diferentes cursos. O núcleo não se limita a pesquisar entre muros: vai a campo, ou seja, até as escolas de samba. Todos os anos, estuda os enredos — neste, foram 27, da Série A e do Grupo Especial. Ao final, um júri escolhe os destaques em quesitos como “efeito imagético do enredo”. Neste ano, deu Mocidade. A premiação será dia 26, na Faculdade de Letras.

— Nossos doutores ajudam muito os alunos a encontrarem seus temas e os caminhos para estudá-los. O carnaval ainda é visto na universidade com muito preconceito. Muitas vezes, o orientador do curso não sabe orientar sobre carnaval — diz Tiago Freitas, coordenador-geral e doutorando em Linguística pela UFRJ e em História da Arte pela Uerj.

A Uerj tem o Centro de Referência do Carnaval, um laboratório que reúne cerca de 50 pessoas.

— Essa renovação de carnavalescos surge a partir da academia. Há um gosto pela pesquisa. Eles disputam, mas não são inimigos — comenta Felipe Ferreira, criador do centro e orientador da pós em Artes e em História da Arte, destacando diferenças entre a geração atual e a anterior, que vinha sobretudo da Escola de Belas Artes (EBA), da UFRJ. — A EBA tinha o perfil do fazer, do artista criador. Hoje, as universidades têm papel importante em formar o artista pensador.

A pós da Veiga de Almeida, criada em 2007, é uma das que mais formam profissionais para a folia. São professores estrelas como o maquiador Jorge Abreu; o enredista João Gustavo Melo; e o historiador Luis Carlos Magalhães, presidente da Portela.

— Falamos no curso da construção do figurino, como você cria uma história, setoriza o tema e desenvolve a partir daí a comissão de frente, o abre-alas... — explica Klayton Eler, coordenador do curso.

A Associação Brasileira de Gestão Cultural, em convênio com a Universidade Candido Mendes, oferece desde 2002 o MBA em Gestão e Produção Cultural, com aulas voltadas para o carnaval. O carnavalesco Milton Cunha é professor do curso:

— O curso da Veiga é mais para o pessoal que quer design. Já o da Cândido é para quem quer ser diretor de harmonia, diretor de carnaval, chefe de barracão, ou para quem quer empreender fazendo bailes e blocos.

O troféu do júri acadêmico do Observatório de Carnaval (Obar), da UFRJ

Efeito imagético em enredo - Mocidade

Poética no enredo - Mocidade

Discursividade no enredo - Mocidade

Narratologia no enredo - Mocidade

Coreografia na comissão de frente - Mocidade

Narrativa e discurso na comissão de frente - Mocidade

Bailado do mestre-sala e porta-bandeira - empate entre Mocidade e Vila Isabel

Dança e movimento de passistas - São Clemente

Movimento em baianas - Mocidade

Efeito imagético em fantasias - Viradouro

Efeito imagético em alegorias - Viradouro

Musicalidade em samba-enredo - Mocidade

Musicalidade em bateria - Mocidade

Musicalidade em harmonia - Mocidade

Comunicação e interação com o público - Mocidade

Intérprete - Mocidade

Onde estudar e pesquisar o ziriguidum

Pós-graduação em Figurino e Carnaval da Universidade Veiga de Almeida (UVA)

Duração de 20 meses, com aulas quinzenais aos sábados. A próxima turma começa no dia 28 de março, no campus Tijuca. A primeira mensalidade custa R\$ 314,93, e o restante do pagamento é feito em 19 parcelas de R\$ 503,88. Informações pelo www.uva.br ou (21) 2574-8888, para o Rio; demais localidades pelo 0800 024 6172.

MBA em Gestão e Produção Cultural da Cândido Mendes/ABGC

A próxima turma começa em abril. A duração é de 18 meses, com aulas quinzenais aos sábados. O curso terá como sede o Museu da República. O custo é dividido em 24 parcelas de R\$ 870,00. Serão oferecidas duas bolsas integrais. Informações pelo (21) 3543-6489 e www.abgc.org.br.

Observatório de Carnaval (Obar) da UFRJ

Ligado ao Museu Nacional, é aberto a alunos de graduação, mestrado e doutorado - tanto da UFRJ quanto de fora - com pesquisas ligadas ao carnaval. Esse grupo de pesquisa engloba diferentes cursos e oferece a orientação de especialistas na área. Pelo @observatoriodecarnaval_ufrj, no Instagram, é possível acompanhar as atividades dos pesquisadores.

Centro de Referência do Carnaval da Uerj

Reúne estudantes de diferentes cursos com linhas de pesquisa dentro da temática do

carnaval. Dentro do centro também funciona o Laboratório de Arte Carnavalesca. As atividades, como seminários, e a biblioteca - na Coart, o centro cultural da Uerj - são abertas à comunidade. Informações pelo (021) 2334-0423.

topo ↕

AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

Três crianças ou adolescentes são abusadas sexualmente no Brasil a cada hora. Índice de notificações, de 2018, é o maior já registrado desde 2011, quando agentes de saúde passaram a ter a obrigação de computar atendimentos

SÃO PAULO - O Brasil registrou ao menos 32 mil casos de abuso sexual contra crianças e adolescentes em 2018, o maior índice de notificações já registrado pelo Ministério da Saúde, segundo levantamento obtido pelo GLOBO.

O índice equivale a mais de três casos por hora — quase duas vezes o que foi registrado em 2011, ano em que agentes de saúde passaram a ter a obrigação de computar atendimentos. De lá para cá, os números crescem ano a ano, e somam um total de 177,3 mil notificações em todo o país.

Especialistas na área de defesa dos direitos da infância atribuem o aumento ao investimento em campanhas, abertura de canais de denúncia e formação de profissionais para a identificação de situações de abuso.

Mas também apontam para uma preocupação futura: segundo eles, o recorde coincide com um momento crítico no enfrentamento deste tipo de violência. Ao longo de 2019, programas federais foram descontinuados, e a desarticulação entre entidades da sociedade civil e entes governamentais vive momento crítico.

Realizado em parceria com universidades e destinado a capacitar professores, o programa “Escola que Protege”, por exemplo, foi encerrado pelo Ministério da Educação, e não há previsão de volta, de acordo com a pasta. Outra iniciativa, a Comissão Intersetorial de Enfrentamento a Violência e Exploração Sexual Infanto-juvenil — que articulava iniciativas dos ministérios dentro do governo — não se reúne desde 2018, e está sem previsão de retorno.

Nova diretriz

A defesa pública do presidente Jair Bolsonaro — no cargo desde janeiro de 2019 — para que não se discuta sexualidade em escolas, mas apenas no ambiente familiar, é apontada pelos especialistas como fator que pode agravar o quadro de abuso na infância.

Segundo os números do Ministério da Saúde, dois terços dos episódios de abuso registrados em 2018 ocorreram dentro de casa. Em 25% dos casos, os abusadores eram amigos ou conhecidos da vítima, em 23%, o pai ou padrasto.

— Foi um desafio construir nos últimos 20 anos uma perspectiva de trabalho sobre prevenção a partir da educação sexual desde a primeira infância. A criança deve aprender a identificar sinais de abuso — diz Karina Figueiredo, secretária executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

A formação de professores e alunos sobre a temática, propiciando um ambiente seguro para denúncia, é considerada estratégia fundamental para romper a barreira de silêncio e interromper ciclos de violência na família. Estimular a autodefesa de jovens e educá-los

para que tenham maturidade no momento de descoberta da própria sexualidade também são citadas como medidas importantes.

— Falar em educação sexual não significa ensinar à criança o ato sexual. Você pode ensinar como se nominam as partes do corpo, que ele tem partes públicas e privadas. A uma criança de cinco anos, por exemplo, já é possível dizer o que são situações de risco e que ela pode dizer não a cada desconforto — diz Itamar Gonçalves, gerente de programas da Childhood Brasil, para quem medidas preventivas devem ser adequadas a cada faixa etária.

Direito de falar

Para Vicente Faleiros, sociólogo e autor de livros sobre o tema, o discurso governamental trata a educação para sexualidade como algo “imoral”.

— A vítima de abuso precisa de informação. Precisa saber reagir, contar, dialogar, e não ser silenciada. Caso contrário, ela é silenciada duas vezes: pelo abusador e pela política pública, que determina que não se fale sobre o assunto — afirma.

O MEC confirmou ao GLOBO ter extinguido as políticas com a temática e argumentou que agora elas estão concentradas no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, comandado por Damares Alves. Essa pasta, por sua vez, informou que ainda não formulou um programa substituto para atuação nas escolas. Uma iniciativa semelhante estaria em negociação, mas é voltada para agentes de saúde.

As principais entidades de enfrentamento à violência têm se reunido para discutir estratégias face ao que consideram novas dificuldades. O incremento de parcerias com estados e municípios é apontado como alternativa.

Planos federais

Subordinado à ministra Damares, o secretário nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, Maurício Cunha, diz considerar o enfrentamento à violência sexual uma prioridade do governo.

Prova disso seriam melhorias implementadas no serviço de denúncias Disque 100 — que passou a ter mais atendentes — e a recente adesão a uma coalizão de organizações que combatem a exploração sexual contra crianças e adolescentes na internet. Uma conferência internacional sobre o tema deve entrar na agenda.

Segundo Cunha, Damares solicitou a reativação da comissão interministerial que cuidava do tema, mas ainda aguarda uma resposta da Casa Civil. O ministério não quis informar a data da solicitação.

— Não acho que o presidente seja contra falar de sexualidade em escolas. Ele só entende que deve ser em linguagem adequada e com respeito à família — diz.

Para ele, o que vinha acontecendo nos últimos anos era uma “supervalorização do Estado” no trato de questões da infância.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFRR abre inscrições para curso de valorização das línguas e culturas Macuxi e Wapichana

Inscrições seguem até o dia 6 de março no Instituto Insikiran. Ao todo são ofertadas 160 vagas.

Por G1 RR

Estão abertas as inscrições para os cursos de valorização das línguas e culturas Macuxi e Wapichana da Universidade Federal de Roraima (UFRR), em Boa Vista. Ao todo são ofertadas 160 vagas, distribuídas em oito turmas de diferentes níveis.

Para fazer a matrícula, os candidatos devem preencher a ficha de inscrição disponível no site da instituição e enviar para o endereço eletrônico do programa até o dia 6 de março.

O início das aulas está previsto para o dia 7 de março e serão ministradas aos sábados, das 08h às 12h, no Instituto Insikiran, nas modalidades iniciante, intermediário e avançado. O curso se encerra no dia 25 de maio e terá carga horária de 40h.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

**Escola pede para que professores comam sobras de alunos no litoral de SP
Determinação está em ata de uma reunião realizada com os docentes da unidade de ensino.**

Professores de uma escola em Praia Grande, no litoral de São Paulo, foram orientados a se alimentarem da merenda, 'caso haja sobras', em uma reunião que aconteceu em fevereiro. O caso gerou repercussão nas redes sociais e revoltou docentes da região. O G1 entrou em contato com um professor, que preferiu não se identificar, neste domingo (1º), e ele relata que o problema permanece. "Continuamos com medo de comer na escola. É uma situação complicada", desabafa.

O caso aconteceu na Escola Municipal Doutor Roberto Shoji, no bairro Tupiry. O docente contou que o tema fez parte da ata de uma reunião do dia 10 de fevereiro. De acordo com o professor, a conversa aconteceu nos três períodos de aula, algumas ministradas pela diretora, nova na unidade, e outras por sua assistente.

O docente relata que já ouviu orientações similares, não só nesta instituição, mas é a primeira vez que a fala está documentada. A reportagem teve acesso à ata neste domingo (1º), que diz: "Alimentar-se de merenda após os alunos, não junto com eles, caso haja sobras".

A orientação, de acordo com o professor, é um problema, já que eles passam por períodos de até quatro horas sem se alimentar. "O sentimento é de coação, de medo", desabafa. Ele conta que além desta determinação, eles não recebem um valor para as refeições e tem determinação de quais alimentos podem levar.

A unidade tem turmas nos períodos da manhã, tarde e noite, do Ensino Fundamental I e do EJA (Educação de Jovens e Adultos).

Outro Lado

Em nota, a Secretaria de Educação de Praia Grande informa que não há proibição para que os servidores das escolas municipais se alimentem com os alunos. Contudo, a orientação é que os funcionários tenham cuidado para que a rotina de alimentação das

crianças seja a prioridade.

A secretaria também explica que não proíbe que os docentes levem determinados alimentos, apenas que pedem cautela, já que o cardápio oferecido nas escolas é feito visando a qualidade nutricional. Eles reiteram que a Divisão de Alimentação Escolar serve mais de 130 mil refeições para alunos matriculados nas escolas municipais e estaduais da cidade.

Por fim, Secretaria de Administração informou que, de acordo com a Lei Complementar nº 837, de 11 de dezembro de 2019, os servidores públicos podem solicitar o benefício de auxílio alimentação, que é pago por meio de cartão eletrônico. Segundo a administração, o valor creditado é de R\$ 350 mensais para quem recebe remuneração de até R\$ 2.500, totalmente subsidiado pelo município.

Já para aqueles que tem remuneração entre R\$ 2.500,01 e R\$ 3.100, há desconto equivalente a 50% do benefício e nos casos onde a remuneração é superior a R\$ 3.100, o desconto ao beneficiário é equivalente a 100% (R\$ 350).

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Universidade tem curso gratuito para pessoas com mais de 50 anos em Poços de Caldas, MG

Inscrições vão até a próxima terça-feira (3). Aulas são da universidade PUC Minas na cidade.

Por G1 Sul de Minas — Poços de Caldas, MG

Universidade tem curso gratuito para pessoas com mais de 50 anos em Poços de Caldas, MG
Universidade tem curso gratuito para pessoas com mais de 50 anos em Poços de Caldas, MG
PUC Minas

O curso de extensão da PUC Minas para pessoas com mais de 50 anos está com inscrições abertas até a próxima terça-feira (3). As aulas são gratuitas e faz parte do projeto Universidade Aberta para a Maior Idade – Vivendo com Qualidade.

Os interessados devem ter 50 anos ou mais e não ter participado de nenhuma edição do curso anteriormente. As aulas são dadas por professores de várias áreas de graduação da universidade e têm temas variados, como tecnologia e educação física.

Os encontros são às terças e quintas-feiras, das 14h às 17h, no auditório do prédio principal do campus. As inscrições devem ser feitas pelo telefone (35) 3729-9246.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

GDF é condenado a pagar adicional de insalubridade para professor que atua na Papuda

Valor é equivalente a 20% do salário do profissional. Cabe recurso; governo diz que educador não atende às exigências legais.

O Governo do Distrito Federal (GDF) foi condenado a pagar adicional de insalubridade a um professor que trabalha no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília. O profissional alegou que está exposto diariamente a condições de risco. A decisão é da 4ª Vara da Fazenda Pública do DF.

Segundo a Justiça, o GDF terá que pagar adicional de insalubridade equivalente a 20% do salário do educador. O valor deve ser pago "enquanto perdurarem as condições de periculosidade", segundo a determinação.

Cabe recurso. Acionada pelo G1, a Procuradoria-Geral do DF não havia se manifestado até a última atualização desta reportagem. No processo, o GDF alegou que o professor "não atende às exigências legais e que não há "pagamento padronizado" de adicional por local de trabalho e cargo.

Alegações

No processo, o educador afirmou que os locais de trabalho apresentam condições insalubres. Ele disse que as salas de aula são fechadas e sem ventilação. Ainda segundo o professor, os profissionais têm contato direto com alunos doentes.

O GDF, por sua vez, disse que, para o pagamento de adicional de periculosidade, é preciso a realização de perícia técnica, além da aplicação das normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

Ao analisar o caso, o juiz Roque Fabricio Antonio de Oliveira Viel ressaltou que já existe um laudo pericial apontando que o educador merece adicional de insalubridade de grau médio.

Segundo o magistrado, o documento demonstra "que a parte autora está exposta a condições nocivas à saúde durante o exercício de sua profissão, pois entra em contato com alunos com suspeita de doenças infectocontagiosas", afirmou o magistrado.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Pesquisa desenvolvida na UFTM em Uberaba constata vantagem no uso de biofertilizante para cultivo de plantas

Exemplares tratadas com biofertilizante feito com restos de alimentos e dejetos de animais reagiram melhor do que as que receberam fertilizante comum. Próximo passo da pesquisa é produzir biogás.

Um projeto de produção de biofertilizante a partir de material orgânico realizado na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), em Uberaba, mostrou mais uma vez que é possível unir uma ideia sustentável simples à prática, ajudando a comunidade e o meio ambiente.

Desenvolvido desde 2017 pelo Departamento de Engenharia Ambiental da UFTM, o projeto "Instalação e monitoramento de biodigestor de baixo custo empregando resíduos sólidos orgânicos" apresentou resultados favoráveis com aplicação de biofertilizante no cultivo de plantas se comparado aos fertilizantes comuns.

Na universidade, o biofertilizante foi produzido com 42 kg de sobras de alimentos – como verduras, legumes e frutas descartadas no preparo das refeições do Restaurante Universitário –, 150 litros de água de abastecimento e 8 kg de dejetos de animais – como equinos, bovinos ou suínos – coletados em fazendas e áreas próximas a Uberaba.

Colocando esse material em um biodigestor de baixo custo, construído com materiais hidráulicos não utilizados em construções, o resultado foi a produção de cerca de 180

litros de biofertilizante, que foi aplicado em mudas de *Ophiopogon japonicus*, conhecida popularmente como grama preta.

Para comparar os resultados, foi aplicado em outras amostras da grama um fertilizante de uso padrão, que tem como base o melaço de cana e o ácido bórico.

“Dentro do Departamento de Engenharia Ambiental, buscamos cada vez mais trabalhar com a sustentabilidade, de retornar para o ambiente aquilo que ele nos deu. A gente quis substituir um fertilizante comum, que agride muito o meio ambiente, por um natural, e construir um biodigestor super fácil, que qualquer pessoa pode fazer com algo simples”, afirmou a coordenadora do projeto, Bruna Vieira Cabral.

A ideia também é que mais pequenos agricultores da região, além de construir os próprios biodigestores, possam reaproveitar os restos de alimentos e dejetos das próprias criações para produzirem biofertilizante. O grupo está aberto à comunidade para tirar dúvidas e explicar como funciona o biodigestor e a produção do biofertilizante.

Ainda segundo Bruna, os biodigestores já são utilizados em larga escala em vários locais do país para a produção de biogás. A maioria tem como matéria-prima dejetos suínos que, geralmente, dão melhores resultados.

Resultados

De acordo com os pesquisadores, as mudas tratadas com biofertilizante se desenvolveram visivelmente melhor do que as mudas tratadas com fertilizante químico e podem servir para outras plantações.

A coordenadora do projeto, Bruna Vieira Cabral, explicou que o fertilizante comum não forneceu à grama preta os nutrientes necessários para que ela se desenvolvesse, diferente das outras gramas tratadas com biofertilizante, que tiveram melhor desenvolvimento e maior massa seca.

A professora ressaltou que a análise conjunta com resultados evidenciou a aplicabilidade do biofertilizante estudado como um potencializador da nutrição de plantas e do solo, se mostrando uma alternativa viável de destinação final ambientalmente correta para os resíduos orgânicos.

Atualmente, o biofertilizante é utilizado para irrigar mudas plantadas por meio do projeto de extensão universitária "Arborização do Campus Univerdecidade".

Ideia, importância e futuro da pesquisa

A pesquisa começou em 2017, quando o aluno de Engenharia Ambiental Rafael Castelfranchi de Oliveira foi a uma pizzaria e percebeu que havia muito desperdício de bordas de pizza.

Provocado pela situação, Rafael deu a ideia no Departamento de Engenharia Ambiental da UFTM de reutilizar as bordas de massa como matéria-prima na produção de biofertilizante, sendo o primeiro material testado antes do material orgânico.

“Para mim, é extremamente gratificante quando o aluno, por si só, tem esse despertar. É isso que queremos, como professores, incentivar os alunos a terem as próprias ideias. Foi gratificante perceber que o aluno viu, na prática, algo que ele poderia melhorar o mundo em que ele vive. É um retorno que a gente sempre busca. Contribuir para melhorar o mundo, melhorar a qualidade de vida trabalhando com práticas sustentáveis é extremamente gratificante”, afirmou a professora Bruna.

Depois da produção com material orgânico e resultados em pesquisa, o trabalho foi apresentado no Simpósio Brasileiro de Engenharia Ambiental e Sanitária, no Congresso Brasileiro de Engenharia Química em Iniciação Científica e no Simpósio de Tecnologia Ambiental e de Biocombustíveis.

Sob coordenação da professora Bruna, participaram dos estudos os alunos da graduação de Engenharia Ambiental Lucas Soares Fonseca (bolsista de iniciação científica do CNPq), Ana Flávia Bernardes, Betânia Naressi, Cristiano Cintra e Rafael Castelfranchi de Oliveira, além do professor Diego Andrade Lemos e a técnica Vanessa Melo.

Agora, o grupo tem como meta fazer com o que o biodigestor também produza biogás, segundo Bruna.

“A gente sabe que é possível fazer esse tipo de gás por causa da chama produzida e o odor emitido pelo biofertilizante. A ideia é encanar o biogás e aumentar o protótipo para ser utilizado no próprio Restaurante Universitário da UFTM”

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UFJF deve receber mais de 19 mil alunos na volta às aulas

Cerca de 2,5 novos discentes são esperados na Universidade. Ano letivo tem início nesta segunda-feira (2).

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) está preparada para receber, no campus sede e também no campus de Governador Valadares, mais de 19 mil alunos nesta segunda-feira (2), para a volta às aulas.

Cerca de 2,5 mil novos alunos da Universidade são esperados neste início do ano letivo. A Recepção aos Calouros, evento para orientar os novos discentes, é realizado na terça-feira (3), às 17h no Cine-Theatro Central. A recepção contará com apresentação cultural do Parangolé Valvulado.

Segundo a UFJF, as obras de recapeamento do anel viário devem impactar o trânsito dentro do campus. No entanto, o calendário acadêmico não será afetado.

Trotes

A UFJF informa que a realização de trotes é proibida pela instituição e também nas ruas da cidade, estando os diretórios e centros acadêmicos sujeitos a multa.

Os alunos que se sentirem constrangidos podem recorrer à Central de Atendimento ou à Ouvidoria da faculdade.

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Negativo

O ex-secretário municipal de Educação Alexandre Schneider recusou proposta feita pela Rede e pelo PV para se lançar candidato a prefeito de São Paulo. "Fiquei honrado com o convite. Mas não seria possível nesse momento", diz.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2020/03/ex-secretario-de-educacao-recusa-convite-para-ser-candidato-a-prefeitura-de-sp.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL S.A.

Matemática

Após anunciar a compra de 70% da operação global da franquia de escolas bilíngues Maple Bear no mês passado, o empresário Chaim Zaher, dono do Grupo SEB, começa a detalhar seu projeto de abrir capital na Nasdaq, com a consciência de que os ventos da economia mundial podem dificultar. "De fato eu estou preparando a empresa para isso, só a Maple Bear. É óbvio que esse fator econômico pode atrapalhar os planos deste ano, mas a ideia é tentar sair no ano que vem", afirma.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2020/03/maple-bear-deve-abrir-capital-na-nasdaq-em-2021-diz-chaim-zaher.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

Revista voltada para crianças chega a escolas de São Paulo

Criadora da publicação diz querer disseminar desconfiança em relação a possíveis fake news e senso crítico

São Paulo

Começou a circular em escolas em fevereiro a Qualé, revista dedicada ao público infantil. Quinzenal, é dirigida por três sócias, com experiência no setor de comunicação e filhos que têm menos de dez anos. Fabrícia Peixoto e Maria Cabral dividem a direção editorial, enquanto a direção de arte fica a cargo de Cinthia Behr.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/03/revista-voltada-para-criancas-chega-a-escolas-de-sao-paulo.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Brasil perdeu ímpeto na educação, diz diretor da OCDE

Prova da entidade avaliará criatividade, área na qual brasileiros não vão bem

São Paulo

Há dois anos, Andreas Schleicher, uma das maiores autoridades em avaliação educacional do mundo, ainda via o copo meio cheio ao falar do desempenho do Brasil no setor. Mas, diante dos resultados mais recentes do Pisa, prova internacional da educação básica, até ele recolheu o olhar otimista.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/02/brasil-perdeu-impeto-na-educacao-diz-diretor-da-ocde.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL S.A.

Matemática

Após anunciar a compra de 70% da operação global da franquia de escolas bilíngues Maple Bear no mês passado, o empresário Chaim Zaher, dono do Grupo SEB, começa a detalhar seu projeto de abrir capital na Nasdaq, com a consciência de que os ventos da economia mundial podem dificultar. “De fato eu estou preparando a empresa para isso, só a Maple Bear. É óbvio que esse fator econômico pode atrapalhar os planos deste ano, mas a ideia é tentar sair no ano que vem”, afirma.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painelsa/2020/03/maple-bear-deve-abrir-capital-na-nasdaq-em-2021-diz-chaim-zaher.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Governadores pedem retomada de agenda reformista

Reunidos pela sexta vez para defender uma pauta de interesse comum, os governadores que formam o Consórcio de Integração Sul e Sudeste (Cosud) cobraram a retomada, pelo governo federal, de uma agenda reformista considerada essencial para o crescimento do Brasil.

No encontro realizado ontem em Foz do Iguaçu, no Paraná, uma carta com reivindicações foi assinada pelos sete governantes. Nela, eles reforçam apoio às reformas administrativa e tributária, à aprovação de um novo Pacto Federativo e ainda cobram uma mobilização nacional para que as reformas previdenciárias estaduais avancem – de acordo com acompanhamento feito pelo Monitor da Previdência dos Estados, ao menos 15 governos já conseguiram aprovar mudanças em suas respectivas Assembleias Estaduais.

O primeiro item do documento, no entanto, é a necessidade de se ampliar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

(Fundeb), cujo novo formato deve ser votado pelo Congresso até o fim do ano. Além de mais recursos, os governadores defendem uma melhor distribuição dos aportes federais para todas as regiões do País, a validade do uso de recursos para o pagamento de servidores inativos, a solidariedade intraestadual e uma alteração de fórmulas para a correção do piso nacional dos professores.

“Nós acreditamos em um entendimento com o governo federal, em um diálogo aberto para o compromisso com a democracia. No dia 17 de abril, vamos realizar um encontro em Brasília com os 27 governadores durante o Fórum Nacional e lá será uma grande oportunidade para discutirmos pautas importantes, como as reformas e o Pacto Federativo”, afirmou o governador de São Paulo, João Doria (PSDB).

Também ficou acordado que os sete Estados, por meio de suas secretarias de Saúde, enviarão carta à União pedindo reforço nos repasses federais para o enfrentamento ao novo coronavírus. A transferência extra seria de R\$ 1 bilhão para custear a instalação de leitos de UTI para atendimento de pacientes.

topo ↕

O GLOBO - RJ - RIO

Acadêmicos do samba : universidades “abrem alas para o carnaval

Cursos de pós-graduação e MBA formam profissionais e pesquisadores voltados para história e produção da folia

Ninguém duvida que cada desfile na Sapucaí é uma verdadeira aula de cultura popular. O que muitos sequer desconfiam é que há um outro enredo por trás das apresentações. Sem fantasias e adereços e munida de cadernos e canetas, uma turma cada vez maior tem ido para as salas de aula estudar o carnaval. Os “acadêmicos do samba” já têm espaço na UFRJ, na Uerj, na Candido Mendes e na Veiga de Almeida, que oferecem cursos de pós-graduação e MBA ou laboratórios para reunir quem pesquisa e também quem faz a folia acontecer.

O carnavalesco Tarcísio Zanon está no grupo dos que levam para a Avenida o que aprendeu em sala de aula. Pós-graduado em Figurino e Carnaval pela Universidade Veiga de Almeida, ele foi aluno, por exemplo, de Jack Vasconcelos, carnavalesco da Mocidade. Ao lado de Marcus Ferreira, Tarcísio fez da Viradouro a campeã do Sambódromo este ano. Já Gabriel Haddad, da Grande Rio, a vice-campeã, defendeu, poucas semanas antes dos desfiles, sua dissertação de mestrado sobre carnaval no Programa de Pós-Graduação em Artes da Uerj.

PESQUISA DE CAMPO

Na UFRJ, o Observatório de Carnaval, ligado ao Museu Nacional e criado há três anos, reúne cerca de 50 alunos de graduação, mestrado e doutorado, de diferentes cursos. O núcleo não se limita a pesquisar entre muros: vai a campo, ou seja, até as escolas de samba. Todos os anos, estuda os enredos — neste, foram 27, da Série Aedo Grupo Especial. Ao final, um júri escolhe os destaques em quesitos como “efeito imagético do enredo”. Neste ano, deu Mocidade. A premiação será dia 26, na Faculdade de Letras.

— Nossos doutores ajudam muito os alunos a encontrarem seus temas e os caminhos para estudá-los. O carnaval ainda é visto na universidade com muito preconceito. Muitas vezes, o orientador do curso não sabe orientar sobre carnaval — diz Tiago Freitas, coordenador-geral e doutorando em Linguística pela UFRJ e em História da Arte pela Uerj.

A Uerj tem o Centro de Referência do Carnaval, um laboratório que reúne cerca de 50 pessoas.

— Essa renovação de carnavalescos surge a partir da academia. Há um gosto pela pesquisa. Eles disputam, mas não são inimigos — comenta Felipe Ferreira, criador do centro e orientador da pós em Artes e em História da Arte, destacando diferenças entre a geração atual e a anterior, que vinha sobretudo da Escola de Belas Artes (EBA), da UFRJ. — A EBAtinhao perfil do fazer, do artista criador. Hoje, as universidades têm papel importante em formar o artista pensador.

A pós da Veiga de Almeida, criada em 2007, é uma das que mais formam profissionais para a folia. São professores estrelas como o maquiador Jorge Abreu; o enredista João Gustavo Melo; e o historiador Luis Carlos Maga lhães, presidente da Portela.

— Falamos no curso da construção do figurino, como você cria uma história, setoriza o tema e desenvolve a partir daí a comissão de frente, o abre-alas... — explica Klayton Eler, coordenador do curso.

A Associação Brasileira de Gestão Cultural, em convênio com a Universidade Candido Mendes, oferece desde 2002 MBA em Gestão e Produção Cultural, com aulas voltadas para o carnaval. O carnavalesco Milton Cunha é professor do curso:

— O curso da Veiga é mais para o pessoal que quer design. Já o da Candido é para quem quer ser diretor de harmonia, diretor de carnaval, chefe de barracão, ou para quem quer empreender fazendo bailes e blocos.

topo ↕

O GLOBO - RJ - RIO

Livros do Museu Nacional têm destino incerto

Biblioteca da instituição será reformada este semestre, mas UFRJ ainda não conseguiu local para abrigar 500 mil exemplares. Obra fará com que a pós-graduação em Antropologia Social seja transferida para o Fundão, o que tem provocado protestos

Depois do incêndio que destruiu boa parte do seu acervo, há quase dois anos, o Museu Nacional passa por um novo momento de incertezas. A biblioteca central da instituição, que funciona em um prédio anexo, na Quinta da Boa Vista, vai ser reformada este semestre, mas, apesar de várias tentativas, a UFRJ ainda não achou um lugar para abrigar o acervo de 500 mil livros, 1.500 deles considerados raros. A obra também vai desalojar funcionários do setor administrativo e professores e alunos do programa de pós-graduação em Antropologia Social, um dos mais renomados da instituição.

Desde que o Palácio de São Cristóvão foi consumido pelas chamas, as aulas estavam sendo ministradas em salas da biblioteca e no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, no Centro. Agora, serão transferidas para o Fundão, o que tem gerado insatisfação.

Representante dos alunos, Hannah de Vasconcellos diz que a mudança implica gastos imprevistos, principalmente em relação a transporte, que os pós-graduandos não têm como arcar.

— Estamos insatisfeitos porque os alunos organizaram suas vidas financeiras e **DIVULGAÇÃO** q Polêmica. A biblioteca central, onde alunos de curso desalojado por incêndio em palácio têm parte das aulas: estudantes reclamam de custos para ir ao Fundão rotinas pensando na Quinta da Boa Vista. Com essa mudança, surgem gastos que não estavam contabilizados, como passagem para um lugar menos central. E isso se torna um problema maior com a quantidade de alunos sem bolsa. Sabemos que, dependendo do ponto da cidade, não é simples, fácil e seguro chegar ao Fundão. Nos sentimos profundamente desrespeitados pela reitoria, já que a coordenação do programa tentou arduamente negociar um lugar para nós. e o Fundão nunca foi uma prioridade — reclama ela, que pretende pedir um ônibus da UFRJ circulando pelo campus da Praia Vermelha, pelo Museu Nacional e pelo Fundão.

O edital das obras que vão requalificar e ampliar o espaço da biblioteca foi publicado há duas semanas e prevê custos de R\$ 10 milhões, dentro do contrato de financiamento do BNDES. A previsão é que as intervenções comecem em abril, logo no início do ano letivo.

Até agora, as negociações para a transferência do acervo, iniciadas no ano passado, não chegaram a um desfecho.

À maior preocupação é com os 1.560 livros que estão na coleção de obras raras e exigem um armazenamento especial. Segundo funcionários, há conversas em andamento com outras instituições, como a Fiocruz, mas nada foi acertado. Em relação ao acervo padrão, a reitoria da UFRJ respondeu que há negociação com o Ministério da Defesa para que as obras fiquem no Museu Conde de Linhares, do Exército, próximo à Quinta da Boa Vista.

— À transferência desse acervo é muito delicada, estamos preocupados porque é um tesouro. Uma mudança assim exige muito cuidado— diz Luiz Fernando Dias, professor de antropologia e presidente da Associação Amigos do Museu Nacional, responsável por gerir o contrato de R\$ 21 milhões como BNDES para obras de requalificação do museu.

DESVIO NOS ANOS 1980

Dias se lembra com preocupação da última vez em que houve uma transferência desse porte, nos anos 1980, quando a biblioteca central foi construída. O acervo que ficava no museu foi levado para o novo prédio, mas, no caminho, milhares de obras foram desviadas. A polícia conseguiu recuperar apenas uma parte dos livros.

Dentro da biblioteca central, há exemplares da coleção Francisca Keller, que ficava dentro do prédio incendiado. Carlos Fausto, coordenador do projeto de reconstrução desse acervo, diz que já conseguiu, por meio de doações, repor 25 mil exemplares, cujo destino ele desconhece.

— Visitamos imóveis da UFRJ, da Universidade Federal Rural do Rio e da Uerj, além de outros prédios da União em busca de um espaço provisório para funcionar.

Sem sucesso, contudo. Quando a obra foi confirmada, pedimos à reitoria espaço no Edifício Ventura, na Avenida Chile, mas também não houve acordo — diz o professor.

O diretor do Museu Nacional, Alexander Keller, minimiza os transtornos e diz que a reforma será muito importante:

— Depois da obra, teremos uma biblioteca nova, algo que já estava no planejamento antes do incêndio.

Procurada, a reitoria da UFRJ respondeu que busca, para o acervo raro, um “local que tenha tradição e expertise” com capacidade de lidar com este tipo de obra. A universidade informou que os livros da Biblioteca Francisca Keller vão para o Fundão, mas não disse qual será o destino do restante do acervo.

topo ↕

O GLOBO - RJ - ECONOMIA

Saneamento afeta educação e rendimento

Divisão entre brasileiros que contam ou não com serviços básicos como água, esgoto, coleta de lixo e drenagem reflete disparidades regionais, de salário e até nas notas do Enem. Baixo investimento no setor desvaloriza imóveis

O mapa do saneamento no Brasil reflete e aprofunda a desigualdade do país. Dados do Instituto Trata Brasil mostram que trabalhadores que vivem em áreas sem acesso aos

serviços básicos têm salários médios menores do que os que vivem em áreas com atendimento. O mesmo acontece na educação, seja em anos de estudo ou até mesmo no resultado do Enem. Para especialistas, o aporte em saneamento pode melhorar o desempenho escolar de crianças e jovens e, na ponta, ampliar a produtividade e a renda do trabalhador.

— A marca da desigualdade no saneamento básico é muito clara. Talvez seja a política pública com distribuição mais desigual no país. As diferenças são nítidas se analisamos o serviço por região, por níveis de renda ou raça. Se o Brasil reiniciar os investimentos adequados no setor e olhar para essa população mais vulnerável, vai reduzir a pobreza e a desigualdade — diz Léo Heller, pesquisador da Fiocruz Minas e relator especial da ONU para o direito humano à água e ao esgotamento sanitário.

Pouco mais da metade da população tem coleta de esgoto. Um recorte regional, no entanto, mostra que a cobertura acompanha a variação de renda. No Sudeste, a taxa chega a 79,2%, enquanto é de apenas 10,5% no Norte e 28% no Nordeste.

SERVIÇO INTERMITENTE

Claudio Frischtak, da Inter.B Consultoria, destaca que o problema é mais grave do que pode ser percebido:

— O sistema atual, como está, vai resultar em mais duas gerações de brasileiros vivendo no esgoto. Dados oficiais falam em mais de 83% da população em moradias ligadas à rede de água.

Não quer dizer água regularmente na torneira. Há gente que recebe água um dia da semana ou nem recebe. É um prejuízo enorme.

Especialista em infraestrutura, Frischtak vê no saneamento uma ferramenta para melhorar os resultados em educação e no trabalho:

— O crescimento do país acontece com base em duas variáveis. Uma é a produtividade do trabalho, em que avançamos 0,65% ao ano. A outra é o crescimento da população em idade ativa, que, com a transição demográfica, vai começar a encolher.

Ou seja, nosso potencial de Limite. Juciara Palma deixa de estudar e levar os filhos à escola quando chove por causa de alagamentos em Caxias crescimento é baixo e será decrescente. Para melhorar a produtividade, precisamos de saneamento e educação.

IMÓVEL DESVALORIZADO

A escolaridade média das pessoas que vivem em áreas com serviços de saneamento é de 9,73 anos, já a daquelas que não têm acesso a água e esgoto fica em 5,63. O efeito pode ser visto também no desempenho no FABIO ROSSI Enem. Em 2018, a nota média dos estudantes com banheiro em casa foi 531,73. A dos que não têm, 482,09.

O Censo Escolar 2018, realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), mostra que, das 181,9 mil escolas da educação básica (que vão do ensino infantil ao médio), 16% não dispõem de banheiro dentro do prédio; uma em cada quatro não possui acesso a água encanada e perto da metade não está ligada à rede de esgoto.

Para Juciara Palma, de 23anos, moradora do Pilar, em Duque de Caxias, chuvas torrenciais são sinônimo de perda de aula. A mistura de água pluvial e esgoto que toma as ruas do bairro impede que ela, que voltou a estudar em um supletivo, e seus filhos, de 7 e 3 anos, saiam de casa em meio ao risco de doenças.

— Qualquer chuva mais fortealaga e fica difícil sair de casa, fica tudo preto de esgoto. Prejudica ir à escola e o aprendizado (dela e das crianças).

São dois dias para baixar a água e até peixe tem na porta quando baixa — lamenta amoradora, que vive numa rua com várias placas de “vende-se”, devido às más condições do bairro.

A falta do saneamento desvaloriza imóveis e dificulta a expansão do mercado imobiliário. O aluguel médio das moradias com saneamento no país é de R\$ 795,58 ao mês, nas que não dispõem de água e esgoto, o valor cai a R\$ 178,42.

topo ↕

O GLOBO - RJ - EDITORIAL

Leniência dos Tribunais de Contas agrava a crise

Muitos desses órgãos têm validado artifícios contábeis que permitem expressivos aumentos de gastos

A deliberada leniência de Tribunais de Contas estaduais e municipais está contribuindo para grave corrosão na aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal na Federação.

Com interpretações astutas, porém essencialmente incoerentes com a rigidez da LRF, muitos desses órgãos responsáveis pelo controle e pela fiscalização das finanças públicas têm validado artifícios contábeis que permitem expressivos aumentos de gastos no Executivo, no Legislativo e no Judiciário.

Despesas com pessoal (ativo e inativo) são o principal item dos orçamentos estaduais e municipais. A lei diz que não podem ultrapassar 60% da receita corrente líquida.

Nos últimos anos, no entanto, vários Tribunais de Contas têm aceitado que desse cálculo sejam excluídos alguns itens relevantes, como pagamentos de aposentadorias e pensões.

Essa “leitura” dos parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal conduziu estados como Rio Grande do Sul, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Norte, Minas Gerais e Sergipe à insolvência ou à beira da falência. A situação se repete em dois de cada três dos 5.570 municípios.

Mudar a base de cálculo é a receita esperta para inflar o limite de gastos. Dá-se elasticidade ao conceito de receita corrente líquida.

Para efeito contábil, passou-se a considerar como parte integrante da receita estadual os repasses de fundos nacionais como o Fundeb, destinado à educação básica, e valores recebidos como financiamento de obras, estabelecidos no Orçamento Geral da União por iniciativa do Congresso, via emendas parlamentares.

Há casos em que o Tribunal de Contas até aponta o desvio, mas o governo ou o

Tribunal de Justiça estadual rejeita, com base numa peculiar interpretação da Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, segue-se em frente com um teto de gastos de pessoal “ajustado”.

Isso aconteceu no ano passado em São Paulo. O TCE indicou que o Tribunal de Justiça estava estourando o limite de despesas. O Judiciário estadual reagiu. Argumentou que usava os “mesmos critérios” de cálculo do próprio Tribunal de Contas e, também, pela Secretaria da Fazenda pelo Tribunal de Justiça Militar.

E provável que, nas próximas semanas, o Supremo Tribunal Federal dê uma resposta à arguição da legitimidade desse tipo de manobra contábil nos orçamentos estaduais e municipais.

Por todo o país multiplicam-se casos nos quais a complacência dos organismos de controle e fiscalização proporcionou a governadores e prefeitos meios para implodir o teto de gastos com pessoal.

Ocultaram um desastre financeiro, os responsáveis ficaram impunes e, agora, resta uma conta extra para a sociedade pagar.

topo ↕

A CRÍTICA - AM - CIDADES

Itegam inova com mestrado próprio

O Instituto de Tecnologia Galileo da Amazônia (Itegam) ofertará, a partir deste ano, o Mestrado Profissional nas áreas interdisciplinares de Engenharia, Gestão de Processos, Sistemas e Ambiental. A autorização para a disponibilidade do curso foi da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e um segundo edital para o ingresso será aberto em agosto. Fundada em 2008 em Manaus, a instituição comemora a possibilidade de formação dos 70 alunos já matriculados no programa próprio de mestrado para este primeiro semestre. “Nós somos o único instituto de pesquisa privado do Amazonas com mestrado próprio, com diploma que será registrado pelo Itegam. Em janeiro, o Conselho Nacional de Educação aprovou o parecer que nos transforma em uma IES, Instituto de Ensino Superior, em função do mestrado”, ressaltou o diretor-presidente do Itegam, Jandecy Cabral Leite, doutor em Engenharia Elétrica. As linhas de pesquisa do mestrado profissional são voltadas a otimização de processos industriais, eficiência energética e qualidade de energia, energia e meio ambiente. O objetivo da primeira linha de pesquisa é habilitar o profissional para que desenvolva metodologias e software para a otimização de processos industriais e geração de energia.

A área possui múltiplas aplicações profissionais, ao mesmo tempo em que permite uma visão dos principais problemas existentes na indústria de processos e de serviços. Em relação à gestão energética, a meta da instituição para este curso é gerar conhecimentos de modo a otimizar o uso das fontes de energia no setor industrial instalado na região. Já a área de gestão ambiental tem o intuito de melhorar e aperfeiçoar o uso dos recursos energéticos e outras fontes naturais de forma racional com o objetivo de minimizar os impactos ambientais sobre o meio.

“O mestrado tem uma ênfase na grande área interdisciplinar da **Capes**. Isso possibilita ter várias opções em áreas trabalhadas, então, o mestrado é focado para a eficiência energética e qualidade de energia. Ele também é focado em uma linha de pesquisa de

otimização em projetos industriais e em outra área que nós trabalhamos, que é a parte de energia e meio ambiente”, destacou Jandecy Cabral. Ele afirmou também da necessidade de professores que dominem diversas áreas e não somente as específicas. “Para o mestrado, nós contamos com 19 professores doutores e alguns deles têm doutorado em engenharia elétrica, outros em engenharia mecânica, outros engenharia de produção e biologia, por isso ele é multidisciplinar. A gente não tem uma formação de 15 doutores de elétrica para a gente ter mestrado de elétrica, então, optamos por fazer um mestrado multidisciplinar”, explicou. Para este primeiro semestre, 70 alunos já estão matriculados. O curso de mestrado é dividido em três módulos. O primeiro módulo possui quatro matérias obrigatórias, que são: Metodologia Científica e da Pesquisa, Técnicas de Modelagem, Simulação e Otimização de Sistemas e Processos, Estudos de Impactos Ambientais e Gestão Tecnológica da Inovação. No segundo módulo, o Itegam permite que o aluno escolha sua área, ou seja, entre Otimização de Processos Industriais, Eficiência Energética e Qualidade de Energia ou Energia e Meio Ambiente. O terceiro módulo consiste no Projeto de Dissertação. “A arquitetura desse mestrado, segundo a Capes, é um dos melhores do Brasil”, acrescentou.

topo ↕

A TARDE - BA - BRASIL

Termina amanhã prazo para confirmar inscrição

Termina amanhã o prazo para os candidatos pré-selecionados na chamada única do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) complementarem as informações da inscrição. O procedimento deve ser feito pelo site do programa. São cobrados os dados bancários do estudante, do fiador e do seguro para pagamento da dívida em caso de morte. As informações serão validadas pela instituição de ensino, que pode solicitar mais documentos. Após esse processo, o estudante já pode comparecer à agência da Caixa Econômica Federal e formalizar a contratação do financiamento.

Os candidatos não pré-selecionados foram automaticamente incluídos na lista de espera e devem acompanhar sua eventual pré-seleção até 31 de março, na página do Fies. Na última quarta-feira, o Ministério da Educação (MEC) divulgou o resultado do processo seletivo, para o primeiro semestre de 2020, do Fies e do Programa de Financiamento Estudantil (P-Fies). Neste semestre, o programa vai oferecer 70 mil vagas para financiamento em instituições privadas de ensino superior. Os pré-selecionados no P-Fies deverão ir pessoalmente à instituição de ensino para validação das informações de sua inscrição e do financiamento. O programa do MEC está dividido em duas modalidades, o Fies, a juros zero para quem tem renda familiar de até três salários mínimos por pessoa; e o P-Fies, para aqueles com renda familiar per capita de até cinco salários mínimos, com juros variando de acordo com o banco e a instituição de ensino.

topo ↕

O ESTADO - MS - CIDADES

Universidade tem inscrições abertas para mestrado

Para aqueles que desejam incrementar o currículo, a Uniderp iniciou as inscrições para o programa de pós-graduação em Produção e Gestão Agroindustrial, na Capital. O curso está direcionado para os portadores de diploma superior nas seguintes áreas: Administração, Agronomia, Comunicação Social, Economia, Educação, Engenharias, Medicina Veterinária, Zootecnia, entre outras áreas correlatas. As aulas acontecerão todas as sextas e sábados em período integral, na Uniderp Agrárias (Rua Alexandre Herculano, 1.400, no bairro Taquaral Bosque). Atualmente, 18 projetos de pesquisa estão em andamento nas linhas de Produção Agropecuária Sustentável e Gestão da Produção Agropecuária e Agroindustrial.

Criado em 2002, o curso já formou pelo menos 200 mestres em 18 anos. Este é o único mestrado profissional do Estado na área de Ciências Agrárias, direcionado para atender as demandas do setor produtivo, tecnológico e científico de todo o Centro-Oeste brasileiro, com ênfase nos domínios agropecuário e agroindustrial do Estado. Além disso, a formação possibilita o aprofundamento na combinação de tecnologias de produção com a utilização de sistemas e métodos de gestão eficientes, tanto no campo, como nas agroindústrias. Para concorrer à vaga do curso de mestrado, o candidato deve ter concluído a graduação. O processo seletivo contempla quatro etapas: avaliação do projeto, prova escrita de conhecimentos específicos, entrevista e análise de currículo. Os resultados serão divulgados a partir de 10 de março e o início das aulas está previsto para 20 do mesmo mês. Mais informações podem ser obtidas pelo telefone 33096564. (Com assessoria)

topo ↕

O LIBERAL - PA - CIDADES FUNDEB

Comissão especial pode votar na quarta-feira (4) o parecer da deputada Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO) à proposta que torna permanente o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb (PEC 15/15). O relatório foi lido pela parlamentar na terça-feira (18). A votação foi agendada para o dia 4 devido a um pedido de vistas coletivo. Em um texto substitutivo à proposta original, Professora Dorinha sugere maior participação do governo federal no financiamento da educação básica, começando em 15% e aumentando um ponto percentual por ano, até atingir o índice de 20%, em um prazo de seis anos. Em uma versão preliminar de seu parecer, apresentado em setembro do ano passado, a relatora chegou a propor que a participação da União alcançasse 40%. A reunião será realizada às 9h30, no plenário 1.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Teste inédito mostra o que dificulta o aprendizado das crianças de SP
Estudantes de escolas municipais não bateram a meta na primeira edição, mas esperança é que novas iniciativas tragam resultados melhores nos próximos anos
São Paulo — Um novo teste foi aplicado para as escolas municipais da cidade de São Paulo, mas o resultado foi uma decepção já familiar: os alunos não atingiram a meta estabelecida na primeira edição do Índice de Desenvolvimento da Educação Paulista (Idep), que mede o desempenho em mais de 500 unidades da capital.

Segundo dados divulgados na semana passada pela Secretaria Municipal de Educação (SME), nos anos iniciais, entre 1º e 5º ano, o resultado médio da cidade foi de 4,7 (a meta era 5,1). Já entre os anos finais, entre 6º e 9º ano, a média ficou em 4,6 (a meta era 4,8).

Todos os alunos foram submetidos a provas de língua portuguesa, matemática e ciências da natureza.

Além do desempenho dos estudantes, a nota final considera também fatores externos que podem influenciar na nota, como a própria estrutura e complexidade da escola – quantos turnos e séries ela administra, por exemplo.

Leva em conta, ainda, o nível socioeconômico dos alunos, já que está comprovado que

o nível de renda e escolaridade da família como um todo também impacta as experiências educacionais da criança.

“Conseguimos, pela primeira vez, enxergar que há uma influência relevante do ambiente socioeconômico dos alunos, mas isso não é determinante para o resultado final. Escolas em áreas de muita vulnerabilidade apresentaram bons resultados, assim como o contrário também aconteceu”, diz Bruno Caetano, secretário municipal de educação de São Paulo.

A SME ainda não divulgou o resultado por escola ou por categoria socioeconômica, e também não haverá ranking de performance. Segundo a pasta, os dados foram enviados para os diretores escolares já em janeiro e as estratégias estão incorporadas no plano anual deste ano.

Nova base curricular interferiu

De acordo com o secretário de educação, o que mais influenciou negativamente o desempenho dos alunos foi o fato de a prova ter sido estruturada a partir da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), implementada em 2018.

“O resultado mostra que o novo currículo ainda não foi completamente apropriado nas salas de aulas, principalmente nos anos iniciais”, afirma Caetano, lembrando que a BNCC antecipou em um ano a alfabetização completa das crianças. Ou seja, os alunos do 3º ano, que há dois anos seriam considerados em processo de aprendizagem, hoje já são tratados como alfabetizados.

A avaliação, de fato, se reflete nos números gerais do Idep de 2019. Entre os anos iniciais, apenas 17% das escolas atingiram a meta, enquanto nos anos finais, a taxa sobe para 41%.

“A cidade de São Paulo foi pioneira na implementação da BNCC, que tem um currículo mais exigente. Nesse sentido, obviamente é normal que os alunos enfrentem alguma dificuldade na aprendizagem”, diz Maria Helena de Castro, ex-presidente do Inep e presidente da Associação Brasileira de Avaliação Educacional.

Para a especialista, essas dificuldades podem ser resolvidas com um bom programa de formação continuada para os professores municipais, além do desenvolvimento de materiais didáticos atualizados com a nova base curricular e de plataformas digitais que integrem os novos direcionamentos.

A prefeitura de São Paulo anunciou em outubro do ano passado o Programa Escola Digital, com três iniciativas para o desenvolvimento tecnológico das escolas municipais e investimento previsto de 90 milhões de reais. Entre elas está um projeto para equipar 12 mil salas de aula com computador, internet de banda larga e projetores com tela e caixas de som.

De acordo com o secretário de educação, a previsão é que neste ano as unidades escolares já estejam equipadas com os aparatos tecnológicos. Há, ainda, o lançamento da Escola de Formação para professores, que vai manter em constante atualização os

professores concursados do município.

Para incentivar o aperfeiçoamento do Idep 2020, a prefeitura também condicionou o bônus salarial aos professores que conseguirem bater a meta dos alunos na prova. Nada interfere, contudo, na prova nacional do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, aplicada a cada dois anos.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Justiça suspende intervenção do MEC na Universidade Brasil

Instituição de ensino é investigada por supostos esquemas de vendas de vagas no curso de medicina e fraudes no Fies e no ProUni

A desembargadora federal Monica Nobre, do TRF-3 (Tribunal Regional Federal) da 3ª Região, suspendeu trechos da decisão que obrigava o Ministério da Educação a intervir na Universidade Brasil, investigada pela Operação Vagatomia por supostos esquemas de vendas de vagas no curso de medicina, irregularidades no exame de revalidação de diplomas e fraudes no Fies e no ProUni.

A liminar proferida pelo juiz Bruno Valentim Barbosa, da 1.ª Vara Federal de Jales (SP), determina que o MEC intervenha na instituição após o afastamento do advogado Adib Abdouni, reitor da Universidade Brasil. A ordem também cobrava a revisão de dados de todos os alunos e ex-alunos da instituição beneficiados pelos programas de financiamento da União.

Em recurso, o governo federal alegou que uma intervenção na universidade não atingiria a extensão pretendida pelo juiz, visto que o mero afastamento do corpo da reitoria da Brasil não garante acesso à administração da mantenedora que financia a instituição, que é privada. Além disso, a União alega que a divulgação de informações de ex-alunos viola a presunção de inocência, pois essas pessoas sequer podem ser relacionadas às fraudes investigadas na Vagatomia.

Ao atender parcialmente o pedido, a desembargadora Monica Nobre afirma que, de fato, a decisão da Vara de Jales implica em divulgação indiscriminada de dados de todos os alunos e ex-alunos da Universidade Brasil.

"A decisão, inclusive, determina a divulgação de dados relativos à mera inadimplência de alunos e ex-alunos da instituição, ato que poderia inclusive implicar danos morais aos indivíduos que tivessem seus dados financeiros expostos", aponta Nobre.

Segundo a magistrada, a decisão precisava ser revisada por não ser possível presumir que todos os contratos de financiamento estudantil no âmbito da instituição tenham ocorrido de modo fraudulento. Monica Nobre também afirma ter razão a União em relação à impossibilidade de uma intervenção.

"Manter a decisão liminar, tal como proferida pelo juízo de primeira instância, certamente acarretaria danos de difícil ou impossível reparação", afirma.

Fraudes

A Operação Vagatomia foi desencadeada em setembro do ano passado para apurar esquema de vendas de vagas, fraudes no ProUni e no Fies, e irregularidades nos exames

de revalidação de diploma dentro da Universidade Brasil. A Polícia Federal prendeu o dono da instituição, José Fernando Pinto da Costa, e o filho dele.

No último dia 13, a PF voltou às ruas com a Verità Protetta, segunda fase da Vagatomia. Foram conduzidas buscas na residência e escritório de Adib Abdouni, reitor da Universidade Brasil, sob suspeita de fazer ameaças a uma delatora. Abdouni foi afastado do cargo por decisão judicial.

De acordo com as investigações da PF, as vagas de medicina da Brasil eram negociadas por assessoria educacionais com apoio de donos e da estrutura administrativa da instituição. Milhares de estudantes podem ter sido prejudicados pelas fraudes, de acordo com a corporação.

Uma ex-diretora da Brasil delatou que os valores por vaga chegavam a R\$ 80 mil e até R\$ 100 mil se ela fosse por meio de Financiamento Estudantil (Fies). Os alunos que compravam as vagas incluem filhos de fazendeiros, servidores públicos, políticos, empresários e amigos dos donos da Universidade Brasil.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Confira quais são as mudanças prometidas para o Enem 2020

Estudantes poderão optar entre o Enem Digital e o Regular no ato da inscrição.

Provas serão aplicadas em outubro e novembro, respectivamente

Este 2020 promete novidades para os estudantes que pretendem fazer o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio). O MEC (Ministério da Educação) anunciou, no meio do ano passado, a realização do exame em formato digital.

O Enem deve ser aplicado em duas etapas: uma versão regular, com as provas em papel e em um projeto piloto digital. A proposta do Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais) é realizar a prova em 15 capitais.

Os interessados devem optar pelo modelo no ato da inscrição. Serão aplicadas, ao menos, 50 mil provas na versão digital, com três provas diferentes. Em caso de problema de logística, os estudantes poderão pedir para fazer a reaplicação da prova.

Quem optar pelo Enem Digital fará as provas nos dias 11 e 18 de outubro. Já as duas aplicações em papel estão marcadas para os dias 1º e 8 de novembro.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Justiça suspende intervenção do MEC na Universidade Brasil

A desembargadora federal Monica Nobre, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF-3), suspendeu trechos da decisão que obrigava o Ministério da Educação a intervir na Universidade Brasil, investigada pela Operação Vagatomia por supostos esquemas de vendas de vagas no curso de medicina, irregularidades no exame de revalidação de diplomas e fraudes no Fies e no ProUni.

A liminar proferida pelo juiz Bruno Valentim Barbosa, da 1.ª Vara Federal de Jales (SP), determina que o MEC intervenha na instituição após o afastamento do advogado Adib Abdouni, reitor da Universidade Brasil. A ordem também cobrava a revisão de dados de todos os alunos e ex-alunos da instituição beneficiados pelos programas de financiamento da União.

Em recurso, o governo federal alegou que uma intervenção na universidade não atingiria a extensão pretendida pelo juiz, visto que o mero afastamento do corpo da reitoria da Brasil não garante acesso à administração da mantenedora que financia a instituição, que é privada. Além disso, a União alega que a divulgação de informações de ex-alunos viola a presunção de inocência, pois essas pessoas sequer podem ser relacionadas às fraudes investigadas na Vagatomia.

Ao atender parcialmente o pedido, a desembargadora Monica Nobre afirma que, de fato, a decisão da Vara de Jales implica em divulgação indiscriminada de dados de todos os alunos e ex-alunos da Universidade Brasil.

"A decisão, inclusive, determina a divulgação de dados relativos à mera inadimplência de alunos e ex-alunos da instituição, ato que poderia inclusive implicar danos morais aos indivíduos que tivessem seus dados financeiros expostos", aponta Nobre. Segundo a magistrada, a decisão precisava ser revisada por não ser possível presumir que todos os contratos de financiamento estudantil no âmbito da instituição tenham ocorrido de modo fraudulento. Monica Nobre também afirma ter razão a União em relação à impossibilidade de uma intervenção.

"Manter a decisão liminar, tal como proferida pelo juízo de primeira instância, certamente acarretaria danos de difícil ou impossível reparação", afirma.

Fraudes

A Operação Vagatomia foi desencadeada em setembro do ano passado para apurar esquema de vendas de vagas, fraudes no ProUni e no Fies, e irregularidades nos exames de revalidação de diploma dentro da Universidade Brasil. A Polícia Federal prendeu o dono da instituição, José Fernando Pinto da Costa, e o filho dele.

No último dia 13, a PF voltou às ruas com a Verità Protetta, segunda fase da Vagatomia. Foram conduzidas buscas na residência e escritório de Adib Abdouni, reitor da Universidade Brasil, sob suspeita de fazer ameaças a uma delatora. Abdouni foi afastado do cargo por decisão judicial.

De acordo com as investigações da PF, as vagas de medicina da Brasil eram negociadas por assessoria educacionais com apoio de donos e da estrutura administrativa da instituição. Milhares de estudantes podem ter sido prejudicados pelas fraudes, de acordo com a corporação.

Uma ex-diretora da Brasil delatou que os valores por vaga chegavam a R\$ 80 mil e até R\$ 100 mil se ela fosse por meio de Financiamento Estudantil (Fies). Os alunos que compravam as vagas incluem filhos de fazendeiros, servidores públicos, políticos, empresários e amigos dos donos da Universidade Brasil.

JORNAL DA CIÊNCIA - TEMPO REAL

Modelo de distribuição de bolsas da Capes exige mais investimentos

Flávia Calé, presidente da ANPG, comenta as manifestações programadas para 18 de março com a campanha "7 anos sem reajuste não dá! Recomposição e reajuste de bolsas já!"

Para discutir a portaria emitida pela **Capes**, que trata sobre o novo modelo de distribuição de bolsas de estudos, precisamos partir de duas questões preliminares.

Primeiramente, a agência iniciou o ano de 2020 com um déficit de R\$ 1 bilhão em suas contas, o que representa novamente um quadro de incertezas e a iminência de novos cortes de bolsas, a exemplo das 8 mil que foram extintas em 2019.

Difícilmente um planejamento de longo prazo terá chance de êxito diante da redução do fomento à pesquisa. Discutir critérios de distribuição de bolsas requer partir de um patamar em que haja recursos suficientes para sustentar as demandas da pós-graduação brasileira e a atividade dos seus cerca de 300 mil mestrandos e doutorandos. Portanto, esse é um desafio primordial a ser superado para a validação dos novos critérios.

Leia na íntegra: Direto da Ciência

topo ↕

NOTÍCIAS AGRICOLAS - NOTÍCIAS

Bactérias que barateiam produção de feijão são alternativa ecológica

Uma pesquisa realizada na Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (Esalq/USP) concluiu que a inoculação do feijoeiro com bactérias fixadoras de nitrogênio diminui em 75% a utilização de fertilizantes nitrogenados por hectare. O estudo comprovou que a alternativa é viável, econômica e ambiental.

Fertilizantes nitrogenados são comumente utilizados na semeadura de feijão porque possuem proteínas e enzimas essenciais para o metabolismo das plantas. Porém, “o nitrogênio (N) aumenta o custo da produção e causa a contaminação dos rios, lagos e lençóis freáticos, além de contribuir com a emissão de gases geradores do efeito estufa”, disse Bruno Ewerton da Silveira Cardillo, autor da pesquisa.

“Quando adubamos, gastamos muito, 80 kg de nitrogênio por hectare, ao invés de utilizar essa quantidade, utilizei as bactérias e economizei 60 kg, utilizados em cobertura da planta. Na base de plantio e em todos os tratamentos eu usei 20 kg. Economizei 60 kg de nitrogênio por hectare”, explicou.

A tese foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Fitotecnia com orientação da professora Ana Dionisia da Luz Coelho Novembre, do Departamento de Produção Vegetal (LPV). O trabalho comparou a adubação da planta de feijão, utilizando fertilizantes nitrogenados, com a inoculação utilizando as bactérias *Azospirillum* brasilense, que promove o crescimento da planta, e *Rhizobium tropici*, associada a fixação biológica do nitrogênio.

“Como resultado, eu tive que a aplicação na semente ou no sugo de semeadura e a inoculação com *Azospirillum* produziu a mesma quantidade de quando eu adubei”, contou o pesquisador. A alternativa diminui o custo de produção em até 12%, uma vez que a quantidade de adubo é reduzida.

Além disso, a substituição do adubo pela inoculação favorece a nodulação, o rendimento e a qualidade das sementes produzidas pelas plantas do feijoeiro. “Em números, a produção adubada pode até produzir mais, mas nas questões ecológicas e monetárias, se corre menos risco, desde que bem feita a inoculação”, finalizou.

A pesquisa foi realizada com apoio da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

topo ↕

METRÓPOLES - TEMPO REAL

Justiça libera MEC para autorizar cursos de direito a distância

Segundo a juíza Solange Salgado da Silva, da Justiça de Brasília, modalidade oferece maior acesso à educação no país

A juíza Solange Salgado da Silva, da 1ª Vara da Justiça Federal de Brasília, decidiu que o Ministério da Educação tem poder para autorizar que instituições de ensino superior ofereçam cursos de direito na modalidade de Ensino a Distância (EAD). Para a magistrada, a medida permite maior acesso à educação.

“A oferta de cursos de graduação na modalidade a distância, justamente devido à flexibilidade do horário de estudo e por cobrar mensalidades mais baixas, proporciona o maior acesso à educação nas universidades”, escreveu a juíza na decisão.

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) havia ajuizado uma ação para determinar que o MEC paralisasse os pedidos de credenciamento de instituições e autorização de cursos de direito na modalidade de ensino a distância.

“Não diviso perigo de dano ou de difícil reparação no fato de ser autorizado/credenciado o funcionamento dos cursos em EAD, até porque há anos outros foram autorizados pelo MEC, que, aliás, pode a qualquer tempo, após avaliação/reavaliação e o devido processo administrativo, desautorizar ou descredenciar a IES que infringir as normas do setor”, pontuou a magistrada.

O DIA - PI - EM DIA

Último FPM do mês entra nesta sexta e quase R\$ 2,3 bilhões serão partilhados

O valor é do terceiro e último repasse do mês e já considera o percentual destinado ao Fundeb

Quase R\$ 2,3 bilhões serão partilhados entre os 5.568 governos municipais, por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O valor do terceiro e último repasse do mês já considera o percentual destinado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Sem essa retenção, o decêndio chega ao montante de mais R\$ 2,8 bilhões.

Os recursos entram nas contas das prefeituras nesta sexta-feira, 28 de fevereiro, e serão 11,76% maiores que as transferências feitas em 2019. Ao somar o repasse deste decêndio com os dois anteriores, o crescimento do Fundo sobe para 19%. Enquanto os Municípios receberam R\$ 10,7 bilhões em fevereiro do ano passado, este ano, o mês alcança com R\$ 12,8 bilhões em recursos destinados aos cofres municipais.

Conforme mostra levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM), com base nos relatórios da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), entre os dias 11 a 20, a última transferência representa 30% do valor total repassado no mês. No entanto, a entidade mostra que o crescimento fica menos expressivo quando se aplica a inflação, respectivamente, 7,21% e 15,44%, em relação ao mesmo decêndio e ao mesmo mês de 2019.

Cautela

Apesar do crescimento do Fundo — indicativo de melhora do cenário econômico — o

presidente da CNM, Glademir Aroldi reforça que os recursos ainda não são suficientes para atender as necessidades da população, lá na ponta, onde a vida realmente acontece. Ele aproveita para convocar os municipalistas a se unirem ao movimento para lutarem pela descentralização de recursos, principalmente este ano, em que a reforma tributária promete andar no Congresso Nacional.

"A participação dos Municípios no bolo tributário foi de 19%, em média, mas deveria ser de 23%, 24%, no mínimo, para fazer frente as atuais responsabilidades municipais", explica o líder municipalista. Além da participação dos governos locais nos tributos ser pequena, a CNM explica ainda, no levantamento, que as localidades de coeficientes 0,6 ficarão com 19,81% do valor. Ao todo, 2.454 Municípios.

Já, Municípios de coeficientes 4,0 — considerados de grande porte — ficarão com 12,81% do que será transferido, o que soma R\$ 367 milhões. Por ser, historicamente, o semestre de maiores transferências, a CNM pondera a sazonalidade do Fundo, e por ser último ano de mandato, recomenda planejamento e reestruturação dos compromissos financeiros das prefeituras para que seja possível o fechamento das contas.

"Entre julho e outubro, os repasses diminuem significativamente, com destaque para setembro e outubro", alerta a publicação da entidade. Por fim, a entidade lembra ainda o desconto constitucional de 1% do Programa de Integração Social e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), além do investimento obrigatório 15% da verba repassada em saúde. (CNM)

topo ↕

O ESTADO - MS - BASTIDORES

Exemplo

Em contrapartida, o ministro da Educação, Abrahan Weintraub, é assíduo nas mídias sociais e pouco resolve esta pasta tão importante. Bolsonaro deve olhar para Mandetta, Tereza Cristina e Tarcísio Gomes como exemplos de ministros para ajudar o governo e trocar quem só quer segurar o cargo na militância cega.

topo ↕

ALAGOAS NA NET - TEMPO REAL

Professor da Ufal participa de projeto para construir estação lunar

Heitor Savino está desenvolvendo uma pesquisa com robôs em parceria com cientistas de diversos países

Num futuro próximo, robôs com missões na Lua podem ter a capacidade técnica assinada com a colaboração da Ufal. É que o professor Heitor Savino, do Instituto de Computação (IC), está na França participando do projeto PRO-ACT (da sigla em inglês com tradução livre Robôs Planetários Implantados para Montagem e Construção). Ele é o único brasileiro que integra o trabalho desenvolvido por um consórcio em diversos países da União Europeia.

O objetivo do PRO-ACT é desenvolver um sistema com robôs que devem cooperar entre si para construir uma estação lunar utilizando recursos locais, ou seja, material extraído da Lua, numa infraestrutura de suporte. A proposta está alinhada com as futuras missões da Agência Espacial Europeia (ESA) para demonstrar a “possibilidade de utilização destes recursos na Lua, em que se propõe a obtenção de hidrogênio e oxigênio para estações espaciais e espaçonaves”, como explica Savino.

Os planos da ESA na “corrida para a Lua” são otimizar o trabalho e os custos de uma

missão espacial, porque quanto mais pesada for a carga útil, mais combustível necessário. Utilizando recursos extraídos na própria Lua, menor o custo para a construção de um local habitável. E se para esta operação forem utilizados robôs, as metas ficam ainda mais viáveis de atingir.

É aí onde entra o projeto que está sendo executado no Laboratório de Análise e Arquitetura de Sistemas (LAAS), na cidade de Toulouse, considerada o centro aeroespacial da Europa. “Trabalho no desenvolvimento do sistema de controle para a manipulação cooperativa. O objetivo é possibilitar que dois robôs possam manipular um objeto em comum. A tarefa deve ser executada de maneira a não danificar a carga ou os robôs”, destacou o professor Heitor.

Os robôs Mantis e IBIS estão no Instituto de Pesquisa Industrial para Automação e Medições (PIAP), na Polônia, e no Centro Alemão de Pesquisa de Inteligência Artificial (DFKI), Alemanha. São nesses locais onde acontecem, atualmente, as reuniões dos parceiros.

O PRO-ACT é financiado pela Comissão Europeia na segunda fase do Strategic Research Cluster (SRC) em robótica espacial, no âmbito do programa europeu H2020. O professor da Ufal está envolvido na pesquisa que inclui Controle Automático; Ciência da Computação; Microeletrônica e Nanosistemas; Sistemas de Produção e Robótica.

Trabalho conjunto para testes finais

O professor Heitor Savino destaca a importância de estar inserido num laboratório de ponta como o LAAS e elenca dois pontos principais que o deixam orgulhoso por fazer parte do grande time de pesquisadores do PRO-ACT: “A possibilidade de colaboração e inserção num projeto a nível internacional” e o “aprendizado a nível organizacional de um grupo de pesquisa altamente eficiente”.

Para possibilitar a execução do projeto, cientistas renomados estão espalhados pelo mundo trabalhando em parceria. Eles integram instituições de pesquisas e empresas privadas de locais como Alemanha, Espanha, Bélgica, Polônia, França e Reino Unido e fazem reuniões trimestrais ou teleconferências semanais acompanhados por membros das agências espaciais europeias e da Comissão Europeia, que avaliam e acompanham o andamento do projeto.

“Na fase atual, estamos desenvolvendo as bibliotecas de planejamento e controle que serão integradas no software. Os parceiros também estão na fase de integração e adaptação de seus componentes. Em junho deste ano será realizada uma primeira prova de campo na parte de percepção e mapeamento, sem manipulação por parte dos robôs. A manipulação cooperativa que será entregue pelo LAAS será realizada posteriormente em ambiente fechado, em laboratório”, detalhou Savino.

Para ajudar nessa etapa, o LAAS conta com dois robôs manipuladores que servem de teste para integração no Mantis e no IBIS. Só depois desses passos haverá a demonstração final, em campo com aspecto geológico similar à Lua. Os robôs devem ser utilizados para descarregar a carga útil de módulo de aterrissagem e, em seguida, cumprir outras tarefas como instalação de um sistema de sensoriamento local; mapeamento e preparação do terreno; montagem da estrutura do robô Mobile Gantry; e

montagem cooperativa da estação de utilização de recursos locais.

Até janeiro de 2021 o mundo todo poderá conhecer os resultados do PRO-ACT e a contribuição dessas mentes brilhantes, entre elas a do professor da Ufal, para os avanços na área de estudos espaciais.

Conhecimentos aplicados e difundidos

A qualificação técnica do jovem docente da Ufal que desenvolve estudos no Departamento de Robótica e Interações do Laboratório de Análise e Arquitetura de Sistemas (LAAS), na França, já se destaca e difunde conhecimentos.

No próximo mês de junho, Heitor Judiss Savino vai publicar um artigo no principal evento em robótica, a International Conference on Robotics and Automation (ICRA). O trabalho é na área de robôs aéreos cooperativos utilizados no transporte de carga num sistema definido como FlyCrane.

O professor também troca experiências com pesquisadores em nível mundial, sediados na Europa, que visitam o LAAS para projetos em colaboração. Os impactos dessa vivência serão recompensados para a comunidade acadêmica da Ufal.

O primeiro resultado objetivo foi a recente aprovação de um projeto em parceria com o LAAS e dois institutos da Ufal, além da Universidade Federal de Campina Grande. A pesquisa contemplada no edital Entre Mares, da **Capes**, será financiada para desenvolver a cooperação entre robôs aéreos e de superfície aquática para ajudar no combate a desastres como o derramamento de óleo que ocorreu no litoral brasileiro.

“É uma tarefa muito importante estar carregando a bandeira da Ufal. Com certeza é uma grande oportunidade de trazer novas parcerias e mostrar o resultado que podemos fornecer em parcerias em nível internacional”.

Por Assessoria / UFAL

[topo](#)

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Com a menor rede de ensino, região Norte tem 1/3 das escolas escolhidas para modelo cívico-militar

Uma das principais bandeiras do governo Jair Bolsonaro para a Educação, o programa só teve a lista de escolas selecionadas divulgada após o início do ano letivo

SÃO PAULO - Com a menor rede de ensino do Brasil, a região Norte do País é a que concentra a maior parte das escolas selecionadas pelo Ministério da Educação (MEC) para receber o Programa de Escolas Cívico-Militares (Pecim), uma das principais bandeiras do governo Jair Bolsonaro para a área. Desde que a ação foi anunciada, especialistas e gestores educacionais alertam que a política beneficia um número limitado de estudantes e que não é uma solução para os maus resultados educacionais brasileiros.

A lista com as 54 escolas selecionadas pelo programa foi divulgada nesta quarta-feira, 26, após o início do ano letivo nas unidades, conforme mostrou o Estado. A região Norte tem 18 colégios escolhidos para o modelo, concentrando 33% do total. Já o

Sudeste, com a maior rede de ensino básica, tem apenas 5 escolhidas - sendo que ainda há indefinições sobre as unidades de São Paulo e Rio de Janeiro.

O modelo pensado pelo governo Bolsonaro para as escolas cívico-militares é que elas tenham gestão compartilhada entre militares e civis. O programa prevê que os militares da reserva atuem em tutorias e na área administrativa - e não como professores. O formato é diferente das escolas mantidas pelo Exército, que costumam fazer seleção para ingresso e têm custo bem maior do que unidades da rede pública regular.

O modelo cívico-militar tem crescido em alguns Estados, como Bahia e Goiás, e é alvo de frequentes elogios de Bolsonaro e do ministro Abraham Weintraub. Segundo eles, o formato pode alavancar os índices educacionais, além de trazer mais disciplina e segurança. Educadores questionam a falta de estudos que comprovem a eficácia do modelo e criticam o alcance limitado, em um universo de 141 mil escolas públicas no País.

Para o programa desenhado pelo MEC, as escolas poderiam aderir ao modelo em duas modalidades. Na primeira, recebem os militares do Exército, que serão remunerados pelo governo federal; no segundo, os governos locais (Estado ou município) é que se encarregam de contratar bombeiros ou policiais militares aposentados e recebem R\$ 1 milhão para investir na infraestrutura das unidades.

Apesar de as aulas terem iniciado sem a presença dos militares nas escolas e sem que a equipe pedagógica fizesse um planejamento prévio, o diretor de Políticas para Escolas Militares, Aroldo Cursinho, disse em nota do ministério que a implementação do programa está saindo "conforme o planejado", apesar de os oficiais das Forças Armadas ainda não terem sido contratados. A previsão do Exército é de que a seleção só seja concluída em abril.

Planejamento

Quando anunciou o programa, o ministro Abraham Weintraub afirmou que o objetivo do programa para 2020 seria a implementação do modelo em pelo menos duas escolas por Estado - no entanto, quatro ficaram de fora (Alagoas, Espírito Santo, Sergipe e Piauí) e outros oito foram selecionados para apenas uma unidade.

O MEC afirma que os municípios dos Estados sem nenhuma escola selecionada não tinham contingente suficiente de militares da reserva para participar do programa. Apesar das dificuldades ocorridas neste ano para iniciar o modelo, o ministro continua o defendendo como sendo a solução para os problemas educacionais do País.

No último dia 17 de fevereiro, em um evento em São Paulo, o ministro disse que unidades com esse modelo têm alunos com "rendimento mais alto" e que a maior parte dos paulistas quer ter "uma família, uma casa, um carro e que o filho estudasse em uma escola cívico-militar".

A única escola de São Paulo selecionada pelo MEC ainda não definiu se vai aderir ao modelo, já que não foi feita uma consulta aos estudantes e professores. Caso a votação rejeite o modelo, o ministério informou que vai implementá-lo em uma unidade de Sorocaba.

No Rio de Janeiro, onde há apenas uma escola como adepta do novo modelo, o nome que consta é da 3ª Coordenadoria Regional de Educação. Em nota, o ministério disse se tratar de uma unidade "recém-criada" pela Prefeitura e que ainda não recebeu o nome. No entanto, não informou o bairro ou endereço onde se localiza a escola.

O processo de seleção das escolas que vão receber o modelo foi definido a partir de cidades escolhidas pelo MEC em novembro. A partir de então, as respectivas secretarias de educação enviaram a relação dos colégios nos quais queriam aplicar o projeto.

A inexistência de militares da reserva das Forças Armadas residentes no município que quisesse aderir ao programa foi um critério eliminatório para a seleção feita pelo MEC. Também foram considerados a faixa populacional absoluta (1 a 4 pontos), ser capital ou pertencer à região metropolitana do estado (1 ponto) e estar situado na faixa da fronteira (2 pontos).

Na portaria publicada pelo MEC, a pasta ainda pede que as unidades federativas levem em consideração colégios que atendam critérios específicos. Alguns desses pontos de avaliação incluem alunos em situação de vulnerabilidade social e aprovação da comunidade escolar para a implantação do modelo, por meio de consulta pública.

Apesar de constar na portaria que um dos critérios seria a nota das escolas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), priorizando aquelas que tivessem desempenho abaixo da média do Estado, em 38 escolas selecionadas não há informações sobre o desempenho dos alunos em todas as etapas. Questionado sobre a ausência desse parâmetro para a seleção, o ministério disse se tratava de um "critério preferencial" e que a indicação das escolas foi de responsabilidade dos Estados e municípios - sem informar se havia conferido se as unidades atendiam a todos os critérios estabelecidos pelo próprio ministério.

Confira abaixo a lista completa das 54 escolas que receberão o modelo cívico-militar:

Região Norte – 18 escolas

Acre

- Cruzeiro do Sul: Escola de Ensino Fundamental e Medio Madre Adelgundes Becker.
- Senador Guimard - Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio 15 de junho

Amapá

- Macapá: Escola Estadual Antônio Ferreira Lima Neto
- Macapá: Escola Estadual Prof. Antonio Munhoz Lopes

Amazonas

Manaus: Escola Estadual Professor Nelson Alves Ferreira

Manaus: Escola Estadual Professora Tereza Siqueira Tupinambá

Manaus: Escola Estadual Professor Reinaldo Thompson

Pará

Ananindeua: EEEM Prof. Francisco Paulo do Nascimento Mendes

Belém: EEEFM Maestro Waldemar Henrique da Costa Pereira

Belém: Liceu Escola de Artes e Ofícios Mestre Raimundo Cardoso

Santarém: EE José de Alencar

Paragominas: Escola Estadual de Ensino Médio Presidente Castelo Branco

Rondônia

Porto Velho: EEEFM Ulisses Guimarães

Roraima

Boa Vista: Escola Estadual Fagundes Varela

Caracará: Escola Estadual Sebastião Benício da Silva

Tocantins

Gurupi: Escola Estadual Hercília Carvalho da Silva

Palmas: Escola Estadual Maria dos Reis Alves Barros

Paraíso: Escola Estadual José Operário

Região Nordeste – 7 escolas

Bahia

Feira de Santana: Escola Municipal Quinze de Novembro

Ceará

Sobral: EEFM Ministro Jarbas Passarinho

Maracanaú: EEFM Tenente Mário Lima

Maranhão

São Luís: Unidade Integrada Duque de Caxias

Paraíba

João Pessoa: Caixa Escolar Chico Xavier

Pernambuco

Jaboatão dos Guararapes: Escola Municipal Natividade Saldanha

Rio Grande do Norte

Natal: Escola Municipal Professor Verissimo de Melo

Centro-Oeste – 11 escolas

Distrito Federal

Santa Maria: Centro Educacional 416 de Santa Maria

Gama: Centro de Ensino Fundamental 05 do Gama

Goiás

Águas Lindas de Goiás: Colégio Estadual de Águas Lindas

Novo Gama: Colégio Estadual Céu Azul Valparaíso de Goiás

Luziânia: Colégio Estadual Maria Abadia Meireles Shinohara

Santo Antonio do Descoberto: CAIC José Elias de Azevedo

Mato Grosso:

Cuiabá: Escola Estadual Salim Felicio

Cuiabá: Escola Professora Maria Dimpina Lobo Duarte

Mato Grosso do Sul

Corumbá: Escola Municipal José de Souza Damy

Campo Grande: Escola Estadual Professor Alberto Elpídio Ferreira Dias (Prof. Tito)

Campo Grande: Escola Estadual Marçal de Souza Tupã

Região Sudeste – 5 escolas

Minas Gerais

Belo Horizonte: Escola Estadual Princesa Isabel

Ibirité: Escola Estadual dos Palmares

Barbacena: Escola Municipal Embaixador Martim Francisco

Rio de Janeiro

Rio de Janeiro: 3ª CRE

São Paulo

Campinas: EMEF Profa. Odila Maia Rocha Brito

Região Sul – 13 escolas

Paraná

Curitiba: Colégio Estadual Beatriz Faria Ansay

Colombo: Colégio Estadual Vinícius de Moraes

Foz do Iguaçu: Colégio Estadual Tancredo de Almeida Neves

Londrina: Colégio Estadual Profª Adelia Barbosa

Rio Grande do Sul

Alvorada: Escola Est. de Ensino Médio Carlos Drummond de Andrade

Caxias do Sul: Escola Estadual de Ensino Médio Alexandre Zattera

Alegrete: Instituto Estadual Osvaldo Aranha

Bagé: Escola Municipal Cívico Militar de Ensino Fundamental São Pedro

Uruguaiana: EMEF Do Complexo Escolar Elvira Ceratti – CAIC

Santa Catarina

Biguaçu: EEB Emérita Duarte Silva e Souza

Palhoça: EEB Prof. Ângelo Cascaes Tancredo

Chapecó : EEB Professora Irene Stonoga

Itajaí: Escola Básica Melvin Jones

[topo](#)

G1 - TEMPO REAL

Escola de João Pessoa deve implantar modelo cívico-militar ainda em 2020, diz Educação

Escola Chico Xavier consta na lista de escolhidas pelo MEC para adotar novo modelo. Unidade educativa deve receber R\$ 1 milhão para adotar proposta do governo federal.

A escola municipal Chico Xavier, localizada no bairro Jardim Oceania, em João Pessoa, deve implantar o modelo cívico-militar ainda no ano letivo de 2020, segundo a Secretaria Municipal de Educação. A instituição é uma das 54 escolas escolhidas pelo governo federal para adotar o modelo cívico-militar e a única da Paraíba, conforme divulgou o Ministério da Educação (MEC) na quarta-feira (26).

Ministro divulga lista de instituições que aderiram ao programa de escolas cívico-militares

A proposta do governo é usar as Forças Armadas em funções administrativas e na gestão nas escolas com o objetivo de melhorar os resultados das avaliações educacionais. A adesão de estados e municípios é voluntária. Em 2020, 54 escolas de todo o país participarão do piloto do programa – cada escola vai receber R\$ 1 milhão para implementar o projeto, de acordo com o MEC.

Conforme a assessoria de comunicação da Secretaria de Educação de João Pessoa, após o lançamento de um edital emitido pelo MEC, a unidade educativa deve analisar o documento para dar início ao processo de contratações e adequações.

A adesão ao modelo já foi efetivada e a implementação da parte estrutural, que compete ao município, está sendo feita.

Com a adoção do modelo, a direção escolar e os professores da escola permanecerão os mesmos. Os militares devem atuar nas atividades desenvolvidas nas áreas educacional e disciplinar, junto com a secretaria escolar e administrativa.

O aporte financeiro de R\$ 1 milhão, oferecido pelo MEC, será destinado apenas para o pagamento dos militares selecionados para atuar na unidade, que deve funcionar com recursos próprios em regime de colaboração.

Com a mudança, o local deve manter o atendimento a pelo menos 340 alunos, que já estão matriculados e cursam do 5º ao 9º ano do ensino fundamental.

Contudo, a assessoria de comunicação da Secretaria Municipal de Educação reforçou que o Governo Federal está implantado o modelo como projeto piloto. Por isso, a prefeitura não tem direcionamento para implementar a proposta em outras unidades.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Escolas que vão aderir ao programa cívico-militar no Tocantins têm vagas em aberto

As unidades de Palmas e Paraíso do Tocantins que vão passar pelo processo estão com vagas disponíveis. Governo do estado diz que estudantes já matriculados vão continuar frequentando as escolas.

Duas das três escolas estaduais do Tocantins que aderiram ao programa cívico-militar do Governo Federal ainda têm vagas em aberto para este ano letivo. A Secretaria Estadual de Educação (Seduc) informou que a única que não tem oportunidades em aberto é a Escola Estadual Hercília Carvalho da Silva, de Gurupi, que conta com 407

alunos.

Em Palmas, a Escola Estadual Maria dos Reis Alves Barros atende a 1.764 estudantes e tem 151 vagas disponíveis. Já em Paraíso do Tocantins, a Escola Estadual São José Operário tem 602 estudantes matriculados e 66 vagas abertas.

Escola cívico-militar: veja perguntas e respostas sobre o modelo defendido pelo governo Bolsonaro
Defesa vai analisar histórico de inativos antes de contratar para escolas cívico-militares
Escolas do DF iniciam ano letivo sem implementar programa cívico-militar do MEC

As três estão na lista de 54 escolas de todo o país que participarão do piloto do programa. A proposta do Governo Federal é usar as Forças Armadas em funções administrativas e na gestão nas escolas com o objetivo de melhorar os resultados das avaliações educacionais. A adesão de estados e municípios é voluntária.

A Seduc disse que estão "em fase de composição das equipes". Os projetos pedagógicos para o ano também estão sendo elaborados. Segundo a nota, os profissionais que vão atuar no programa estão sendo treinados desde dezembro de 2019.

Segundo o governo local, a implantação será gradativa durante o primeiro semestre de 2020, conforme orientações do Ministério da Educação (MEC). Os estudantes que já estão matriculados nas unidades devem continuar assistindo aulas normalmente.

A ideia do governo federal é ofertar 216 escolas cívico-militares no país até 2023. De acordo com o Ministério da Educação, professores civis continuarão responsáveis pela sala de aula. Atualmente, o Brasil tem 203 escolas desse tipo, em 23 unidades da federação.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

UEPB divulga terceira chamada da lista de espera do Sisu 2020.1

Candidatos convocados devem efetuar matrícula nos dias 2 e 3 de março, das 7h às 12h, na coordenação do curso para o qual foi aprovado.

Foi divulgada nesta sexta-feira (28) a terceira chamada da lista de espera do Sistema de Seleção Unificada (Sisu) 2020.1 da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). Os candidatos convocados nesta chamada devem efetuar matrícula nos dias 2 e 3 de março, das 7h às 12h, na coordenação do curso para o qual foi aprovado. A lista completa pode ser conferida no site da UEPB.

Para efetivação da matrícula, os convocados devem entregar cópias dos seguintes documentos (podendo optar por levar os documentos autenticados ou os originais para que o servidor possa atestar a autenticidade):

certificado de conclusão do ensino médio e histórico escolar;

RG e CPF;

prova de quitação com o serviço militar (no caso de candidatos do sexo masculino);

registro de nascimento ou certidão de casamento;

prova de quitação com o TRE, para maiores de 18 anos;

uma fotografia 3×4 recente;

formulário de cadastramento de acordo com a cota escolhida na inscrição.

A matrícula só será permitida aos estudantes que apresentarem todos os documentos exigidos no edital, não sendo permitida a complementação de documentos posteriormente. Outras informações podem ser obtidas pelo telefone (83) 3315-3350.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Ministério da Educação seleciona duas escolas de Roraima para aderir ao programa cívico-militar

Foram contempladas as escolas estaduais Fagundes Varela e Sebastião Benício da Silva. Seed afirma que modelo deve ser implementado nas unidades somente após consulta pública com a comunidade escolar.

As escolas estaduais Fagundes Varela, em Boa Vista, e Sebastião Benício da Silva, no município de Caracará, ao Sul de Roraima, foram selecionadas pelo Ministério da Educação (MEC) para participar do programa cívico-militar, do Governo Federal.

A proposta do MEC é usar as Forças Armadas em funções administrativas e na gestão das escolas com o objetivo de melhorar os resultados das avaliações educacionais. Mesmo com a mudança no modelo, os professores civis continuarão responsáveis pela sala de aula.

A adesão de estados e municípios ao programa é voluntária, mas segundo a Secretaria de Educação (Seed), o modelo deve ser implementado nas unidades somente após consulta pública com a comunidade escolar.

Em 2020, mais 54 escolas de todo o país participarão do piloto do programa. Com isso, cada unidade de ensino vai receber R\$ 1 milhão para implementar o projeto, conforme o MEC.

Es

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

ProUni: termina hoje prazo para selecionados comprovarem dados

Termina nesta sexta-feira (28) o prazo para os estudantes selecionados em segunda chamada para o Programa Universidade para Todos (ProUni) comprovarem as informações fornecidas no ato da inscrição. A documentação deve ser apresentada diretamente às instituições de ensino.

As bolsas de estudo não solicitadas serão destinadas aos que estão na lista de espera. O prazo para se inscrever na lista de espera é de 6 a 9 de março e a divulgação será feita no dia 12 de março.

Neste semestre, o ProUni está oferecendo 252.534 bolsas. O sistema registrou mais de 1,5 milhão de inscrições, feitas por 782.497 estudantes. O número de inscrições é maior que o de inscritos porque os candidatos podem escolher até duas opções de instituição, curso e turno.

O ProUni é um programa do Ministério da Educação que oferece bolsas de estudos, integrais e parciais (50%), em instituições particulares de educação superior.

Podem participar estudantes que tenham cursado todo o ensino médio na rede pública,

CLIPPING



ou na rede particular na condição de bolsista integral; estudantes com deficiência; professores da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica, integrantes de quadro de pessoal permanente de instituição pública.

Para concorrer às bolsas integrais, o estudante deve comprovar renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até um salário mínimo e meio. Para as parciais, a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa.

Só pode se inscrever no ProUni o estudante que não tiver diploma de curso superior, que tenha participado do Enem mais recente e obtido, no mínimo, 450 pontos de média das notas, e nota acima de zero na redação.

